

PUC

MARIA INÊS MOURA LAMY

PSICOPATOLOGIA DA PSICOSE
DOIS ENFOQUES PSICANALÍTICOS
(FREUD E AULAGNIER)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1982

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

N.º de chamada: 150 / L242 / RESE CC

Título: Psicopatologia da psicose :



EX: 0 0 8 6 9 2 2

ENTRAL

1744

MARIA INÊS MOURA LAMY

PSICOPATOLOGIA DA PSICOSE:
DOIS ENFOQUES PSICANALÉTICOS
(FREUD E AULAGNIER)

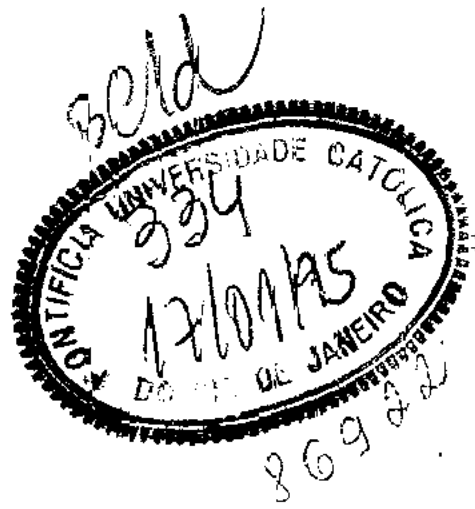
Dissertação apresentada ao Departamento
de Psicologia da PUC/RJ como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Psicologia

Orientador: CARLOS PAES DE BARROS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1982

UC59801-8



50

7-242

FSE UC

AGRADEÇO:

___ a Dr. CARLOS PAES DE BARROS, pelo cuidado na orientação da tese.

___ a REGINA LANDIM, cujas contribuições foram valiosas em todos os passos de elaboração deste trabalho.

___ a ANGELA PEQUENO, ANGELA BERNARDES e RICARDO ANDRADE, pela leitura cuidadosa e comentários.

___ a JÉLSIA e REGINA, sempre disponíveis a colaborar.

___ a ROBERTO MUSACCHIO, pelo apoio constante.

___ a meus pais.

RESUMO

Buscou-se estudar a teoria psicanalítica da psicose segundo dois autores — Freud e Aulagnier — visando obter uma formulação mais clara dos processos que, perturbando radicalmente o início da vida psíquica, provocam a posterior emergência do quadro psicótico. Questiona-se também se, pela extensão do da no causado ao desenvolvimento, ocorre neste caso o que se pode chamar de "nascimento psicológico".

ABSTRACT

An attempt has been made to study the psychoanalytical theory of psychosis according to two authors — Freud and Aulagnier. The aim has been to obtain a clearer insight into the processes that, by radically disrupting the beginnings of psychological life, are responsible for the later emergence of psychoses. Given the extent of damage caused, the question is raised if "psychological birth" in fact takes place in these cases.

SUMÁRIO

1. <u>INTRODUÇÃO</u>	1
2. <u>FREUD</u>	4
3. <u>AULAGNIER</u>	14
3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
3.2 - PROCESSO ORIGINÁRIO: POSTULADO DO AUTO-ENGENDRAMENTO	19
3.3 - PROCESSO PRIMÁRIO: ONIPOTÊNCIA DO DESEJO DO OUTRO	26
3.4 - PROCESSO SECUNDÁRIO: POSSIBILIDADE DE SURGIMENTO DA INSTÂNCIA EU	39
3.5 - CONTRATO NARCISISTA E CONJUGAÇÃO DO FUTURO: DOIS ASPECTOS DO EU INACESSÍVEIS AO PSICÓTICO ..	59
3.5.1 - <u>Contrato Narcisista: Relação</u> <u>do Eu ao Social</u>	59
3.5.2 - <u>Conjugação do Futuro: Projeto</u> <u>Identificatório</u>	64
3.6 - ESQUIZOFRENIA: "PENSAMENTO DELIRANTE PRIMÁRIO"	68
4. <u>CONCLUSÃO</u>	84
4.1 - CRÍTICA A ALGUNS CONCEITOS DE AULAGNIER	84
4.2 - DISCUSSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE FREUD E AULAGNIER À PSICOPATOLOGIA DA PSICOSE	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
BIBLIOGRAFIA ADICIONAL	100

1 - INTRODUÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

O fenômeno psicótico tem sempre suscitado muitas questões a quem dele tenta se aproximar, seja pela observação direta ou pela reflexão. O ponto de partida deste trabalho foi, antes de tudo, a perplexidade frente ao modo de ser do sujeito psicótico, por vezes tão distante do dos demais, que chega a impossibilitar a comunicação entre esses dois grupos de indivíduos. Buscou-se, a partir daí, pesquisar os processos que, desviando radicalmente o desenvolvimento, fizessem com que o ser humano pudesse funcionar de forma tão diversa da habitual. Neste caminho, chegou-se ao questionamento da possibilidade de ocorrência, nesse caso, do que se poderia chamar "nascimento psicológico".

Com o intuito de se responder às questões levantadas, serão analisadas as teorias sobre a psicose de dois autores psicanalíticos — Freud e Aulagnier.

Freud não se deteve no estudo da psicose, como o fez com a neurose. Porém, a relevância de sua obra reside, não só na profundidade de pesquisa de certos tópicos, como também no brilhantismo de algumas hipóteses sobre temas pouco abordados. É o caso de suas formulações sobre a psicose, que deram/dão margem a muitos desenvolvimentos posteriores, se mantendo ainda atuais. Talvez, no entanto, o valor fundamental da abordagem freudiana da psicose tenha sido o próprio fato de tentar explicá-la. Ela deixou de ser, a partir daí, apenas um quadro degenerativo, "demência precoce", para se tornar uma estruturação, regida por leis

próprias.

A presença de Piera Aulagnier neste trabalho se deve, em primeiro lugar, ao fato de apresentar uma teoria sobre a psicose com aspectos originais, na qual se mantém fiel às principais postulações freudianas, levando em conta, ao mesmo tempo, as contribuições de Lacan. Além disso, ao estudar o fenômeno psicôtico, a autora não se preocupa tanto com seus mecanismos, como o fez Freud, mas sim com os processos que, prejudicando o desenvolvimento, ocasionam a emergência dessa patologia.

Espera-se, com a análise da teoria de Freud e, sobretudo, da de Aulagnier, chegar a formulações, ou ao menos hipóteses, que lancem luz à questão da "falha" no desenvolvimento do psicôtico, falha essa às vezes considerada obstáculo ao nascimento psicológico.

Cabe esclarecer finalmente que será abordada aqui, dentre as psicoses, apenas a esquizofrenia, e no que ela mostra de traços característicos, deixando-se de lado não só os quadros da melancolia e da paranóia, como também a análise das variações entre as formas esquizofrênicas.

2 - FREUD

2 - FREUD

Será seguida aqui a ordem cronológica dos escritos de Freud sobre a psicose, pois, analisando a evolução de seu pensamento, pode-se melhor colocar em relevo suas contribuições importantes e originais à psicopatologia desse quadro.

Freud abordou pela primeira vez o tema da psicose em seu artigo de 1894, "Neuropsicoses de Defesa (4)", teorizando sobre a confusão alucinatória. Lança a hipótese de que nesta patologia o ego se separa da idéia incompatível, agindo como se ela nunca tivesse ocorrido. Dá o nome de "rejeição" (*verwerfung*)¹ a este processo de colocar de lado tanto o afeto quanto a idéia, já o diferenciando pois da "repressão" (*verdrängung*), que apenas separaria o afeto da idéia, mantendo-se esta última na consciência, "embora enfraquecida e isolada" (4, p. 58). O processo psicótico se desencadearia a partir de algum evento doloroso de cuja lembrança a pessoa tentaria se afastar através de uma "fuga para a psicose". Frisa o distanciamento da realidade observada no psicótico, que, na tentativa de se afastar da idéia incompatível, acabaria por perder contato também com a parte da realidade à qual ela se vincula.

1 Será utilizado, para os mecanismos de defesa postulados por Freud, a tradução presente no "Vocabulário da Psicanálise" (26), indicando ao lado o termo original alemão. Para o conceito de "*verdrängung*", no entanto, ao invés do termo "recalque", constante no livro de Laplanche - Pontalis, se empregará "repressão". Da mesma forma, para "*ichspaltung*", se usará "divisão do ego" e não "clivagem do ego".

Nessa fase e também ainda em 1896, quando publicou "Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa" (5), Freud estava basicamente preocupado em provar suas postulações iniciais sobre as psiconeuroses. Em decorrência, sua teorização sobre o caso de paranóia, presente neste artigo, consiste numa tentativa de estabelecer um paralelo entre o processo que ocorre neste quadro e o que se observa nas neuroses e, em particular, na neurose obsessiva. Tal como esta psiconeurose, diz Freud, a paranóia procederia de uma repressão de memórias penosas vinculadas a experiências infantis sexuais, sendo seus sintomas determinados pelo retorno do reprimido, já como formação de compromisso entre a resistência do ego e o reprimido. Não usa aqui, pois, o termo "rejeição" (verwerfung), utilizado para a confusão alucinatória em 1894, preferindo manter para o mecanismo da paranóia o mesmo nome de "repressão" (verdrängung). O característico da paranóia seria a forma de defesa contra o sentimento de auto-reprovação, e fetuada através da projeção (projektion), ou seja, por meio de atribuição aos outros de idéias e afetos da própria pessoa. Os sintomas de delírios e alucinações que se seguiriam a esta fase, foram considerados retorno do reprimido. A etapa de defesa secundária — novas defesas, já contra o sintoma —, não seria possível na paranóia, devido à crença nos delírios e alucinações, que impediria qualquer mudança. Ao contrário de se defender contra os sintomas, o ego pode apenas se adaptar a eles através de uma "formação delirante combinatória" — delírios interpretativos que tentariam anular as contradições existentes entre os vários delírios e alucinações —, o que terminaria por ocasionar uma "alteração do ego".

Apesar de estar examinando a paranóia e não a esquizofrenia, Freud, por meio dos conceitos de projeção e alteração do ego, esboça uma teorização a respeito da modificação profunda que se observa no psicótico, tanto em termos do contato com o mundo externo quanto com o próprio ego. Ademais, essas obras, além de apresentarem algumas intuições importantes para a explicação do fenômeno psicótico, têm o grande valor histórico de revelar que também a psicose, e não só a neurose, é determinada por mecanismos psíquicos e não puramente por disposição hereditária ou distúrbios orgânicos.

No caso Schreber, em 1911 (7), Freud formula uma teorização riquíssima a respeito da paranóia, tocando em pontos essenciais, não só dessa patologia, mas comuns a toda a psicose¹. Na origem da paranóia haveria uma idéia homossexual latente ("eu o amo", no caso do homem; "eu a amo", no caso da mulher), que, após ser distorcida em um de seus termos ou no seu conjunto, é sempre atribuída ao outro, através do mecanismo de projeção. O homossexualismo estaria vinculado ao narcisismo, estágio do desenvolvimento situado entre o auto-erotismo e o amor objetal, e que se caracteriza pela escolha de si próprio, do próprio corpo do indivíduo, como primeiro objeto de amor. Com efeito, o que o homossexual faz é eleger um objeto externo que tenha o mesmo tipo de corpo, ou melhor, o mesmo tipo de genitais, que ele próprio, sendo o amor a este outro uma extensão do amor narcísico a si próprio.

1 Pode-se, inclusive, aventar a hipótese de que Schreber apresentava um quadro de esquizofrenia paranóide, e não de paranóia.

É a vinculação da paranóia ao narcisismo o aspecto principal a se observar nesse momento teórico, podendo-se considerar a "idéia homossexual latente" mera decorrência da fixação narcísica. Freud, já levando em conta os conceitos de fixação e regressão, mostra, de fato, que a fixação da paranóia se encontra no estágio narcísico. Quando mais tarde ocorre, ou uma frustração na relação com as pessoas ou uma intensificação da libido, há uma repressão dos derivados psíquicos dos instintos fixados, e o posterior retorno do reprimido, que consiste assim numa regressão ao estágio narcísico, ponto de fixação.

O específico da paranóia e, pode-se dizer, da psicose em geral, se situa na forma como se dá essa repressão, pois ela consiste na retirada de libido do mundo e, o que é mais importante, uma volta dessa libido para o ego do sujeito, ocasionando sintomas de megalomania. Essa volta da libido para o ego atesta sua fixação na fase narcísica.

Freud afirma que essa retirada de libido se dá "silenciosamente", isto é, de forma não observável. Faz adiante a colocação, totalmente inovadora no estudo da psicose, de que os sintomas de delírio e alucinação, que até hoje são vulgarmente considerados a "loucura", se constituem já numa tentativa de recuperação, de reconstrução da realidade, de recolocação da libido no mundo. No entanto, essa reconstrução produz um mundo que pretende ser externo, mas que nada mais é que o fruto da projeção das vivências internas do indivíduo.

Em "Introdução ao Narcisismo" (10), Freud apresenta sua segunda teoria instintiva, na qual, ao lado das catexis de

interesse e da libido objetal, formula a existência de uma libido do ego ou narcísica. Explicita melhor o que disse em 1911 a respeito da retirada de libido que se dá em qualquer repressão, diferenciando os processos efetuados pelo neurótico e pelo psicótico. O primeiro permanece se relacionando com as pessoas e coisas do mundo através da fantasia, enquanto o psicótico dirige ao ego a libido retirada do mundo.

Em "Conferências Introdutórias" (14), encontra-se um resumo das formulações de Freud sobre os mecanismos de formação da psicose. Segundo esse esquema comparativo, a psicose, assim como a neurose, se origina de um conflito e frustração de um desejo ligado a um desejo sexual infantil. A partir daí há o aparecimento de angústia, o que provoca a regressão a padrões de comportamento antigos, ao ponto de fixação. Neurose e psicose apresentariam, pois, processos análogos. No entanto, o específico do surgimento da psicose se dá na determinação do ponto de fixação, que se situa em estágio precoce do desenvolvimento e provoca uma regressão a procedimentos arcaicos, tais como: à fase oral do desenvolvimento libidinal; à etapa narcísica de relacionamento objetal; ao predomínio do processo primário em prejuízo do secundário; ao princípio do prazer em detrimento do contato com a realidade. O mecanismo de defesa utilizado pelo psicótico é a rejeição. E, finalmente, o "retorno do rejeitado" ocasiona os sintomas de reconstrução: o que foi rejeitado do mundo interno retorna do mundo externo sob a forma de delírios e alucinações.

Este esquema teve certamente como uma de suas bases a teorização sobre o caso do "Homem dos Lobos" (15), realizada anteriormente. Nela, Freud retoma o termo que utilizou em

1894, "rejeição" ("verwerfung"), ao se referir ao afastamento da realidade efetuado por seu paciente psicótico. A realidade rejeitada, no caso, era a da castração. Em 1923 (17), no entanto, dá o nome de "recusa" ("leugnen" ou "verleugnung") ao processo de não se querer registrar um fato real. Emprega esse termo, agora, para descrever uma atitude comum nos meninos, durante a fase fálica, de não querer perceber a ausência de pênis nas meninas, por imaginarem que elas foram castradas e passarem a se sentir também ameaçados de castração.

Freud parece, a partir daí, não mais dissociar o mecanismo de "rejeição" (verwerfung) ou o de "recusa" (verleugnung) à experiência de castração, seja ele utilizado pela criança na fase fálica, pelo psicótico ou mesmo pela fetichista (11). A partir do repúdio da castração, a percepção de outros fragmentos da realidade, a ela ligados, ficariam também prejudicados. Freud, dessa forma, parece ampliar a formulação de 1894: a castração, "idéia incompatível", ao ser rejeitada, levaria consigo outras partes da realidade.

No artigo "Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos" (13), há, finalmente, a conceituação do atributo do ego denominado "teste de realidade", cuja ausência justificaria o afastamento do real observado no psicótico. Neste, haveria a falta desse atributo, mesmo durante o período de vigília, ao contrário do que ocorre com os neuróticos, que apenas no sonho burlam o "teste de realidade". Refere-se, ainda neste texto, à relação do psicótico com as palavras, tema discutido, com mais detalhe, em 1915 (12).

Em "O Inconsciente" (12), Freud designa como "representações de coisa" aos conteúdos do inconsciente, sendo o ingresso no sistema preconsciente/consciente resultado da junção das "representações de coisa" às "representações de palavra". Explica a concretização das palavras efetuada pelo psicótico como decorrência da ausência de junção dessas duas representações. O psicótico utilizaria a representação de palavra sem ligá-la a seu significado inconsciente (representação de coisa). Não levando em conta a habitual referência das palavras a seu significado, usa-as como se fôsem as próprias coisas. Primariza as palavras, de modo semelhante ao que faz o sonho com seus pensamentos latentes.

Em 1924, Freud publica dois trabalhos relevantes para a consolidação de suas idéias a respeito da psicose, quais sejam, "Neurose e Psicose" (18) e "Perda da realidade na neurose e na psicose" (20). É já à luz de sua segunda teoria topográfica (id, ego, superego) que redefinirá a psicose. Resume a distinção entre neurose e psicose da seguinte forma: "neurose é o resultado de um conflito entre o ego e seu id, enquanto psicose é o resultado de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo". (18, p. 149).

Na psicose, o ego ao se afastar da realidade frustrante, cria novos mundos interno e externo, de acordo com os impulsos do id. Na neurose, apesar de de início se sacrificar o id a favor da realidade, há a satisfação indireta, já como formação de compromisso, dos desejos do id, na fase de retorno do reprimido. Sendo assim, neurose e psicose se assemelham no fato de lutarem para que seu produto final satisfaça de alguma forma os im

pulsos do id. A diferença básica se daria na maneira como se defendem do conflito inicial: o neurótico, através da repressão dos desejos do id, mecanismo que não é nem por si mesmo patológico; e o psicótico, por meio da rejeição da realidade frustrante.

Entretanto, mesmo na fase de satisfação dos impulsos do id, diz Freud, neurose e psicose se diferenciam substancialmente. O neurótico tenta, com o retorno do reprimido, substituir uma realidade desagradável, que ele ignora mas não rejeita, por um mundo de fantasia. Freud define agora, melhor que em 1914, esse mundo de fantasia, colocando que é acessível ao ego, podendo se ligar a uma parte da realidade, outra que não aquela contra a qual as defesas se ergueram, e dar a essa realidade um significado simbólico. Já o psicótico tenta substituir diretamente a realidade externa por seu mundo imaginário, o que acaba funcionando, segundo Freud, como a colocação de um "remendo sobre um lugar onde originalmente um rasgão havia aparecido na relação do ego com o mundo externo" (18, p. 151). Essa analogia mostra bem a ineficácia da substituição, pois um remendo nunca fará parte organicamente de um tecido¹.

Finalmente, em 1927 (21), Freud aprofunda uma hipótese já levantada em 1924 (18), sobre a possibilidade de, mesmo após ter lançado mão do mecanismo da rejeição em relação a uma determinada realidade, o indivíduo não apresentar jamais um quadro psicótico. Seriam os casos de "divisão do ego"(ichspaltung):

1 Observa-se aqui a tentativa de Freud, já iniciada em 1915(12), de conceituar a falta de capacidade de simbolização, de mediação, do psicótico. Este aspecto será bastante desenvolvido mais tarde, sobretudo pelos psicanalistas franceses, dentre os quais Aulagnier.

uma corrente da personalidade se mantém distante do fato real, enquanto outra leva em conta essa realidade. Em "Esboço de Psicanálise", de 1938, no Capítulo VIII (22), Freud estende essa possibilidade de divisão do ego mesmo para os casos francamente psicóticos, dizendo que o indivíduo sempre mantém um lado saudável, que "observa" o desenvolvimento patológico.

3 - AULAGNIER

3 - AULAGNIER

3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

P. Aulagnier apresenta um novo modelo de aparelho psíquico, onde retoma concepções freudianas, reformulando e/ou acrescentando alguns aspectos. Visa, acima de tudo, a concepção de um esquema que abranja a explicação da psicose, ponto em que pensa terem falhado outros modelos psíquicos. Torna-se, pois, indispensável para o estudo da teoria de Aulagnier sobre a psicose, o exame desse aparelho psíquico, já que ele foi formulado exatamente para dar conta dos fenômenos que se observam na prática clínica com psicóticos.

Trata-se de um modelo que privilegia a atividade de representação, definindo-se essa como "equivalente psíquico do trabalho de metabolização próprio à atividade orgânica" (3, p. 27): todo elemento de informação, isto é, todo elemento externo a cada sistema psíquico dado, para ser assimilado por tal espaço, sofrerá um processo de metabolização, ao fim do qual se terá tornado um elemento homogêneo àquela atividade de representação. Se ao contrário, o processo de homogeneização não for possível, o elemento de informação, ao invés de ser apropriado pelo sistema, será rejeitado por ele.

Há três desses processos de metabolização ou modos de funcionamento, que resultam em três representações e instâncias. Esquemáticamente são eles:

<u>Modos de Funcionamento</u>	<u>Representações</u>	<u>Instâncias</u>
- processo originário	- pictograma	- o representante
- processo primário	- fantasia	- o fantasiante ou "metteur-en-scène"
- processo secundário	- enunciado	- o enunciante ou Eu (Je)

Formam-se assim três lugares hipotéticos, onde se situam essas atividades e suas produções: o espaço originário, o primário e o secundário.

Os três processos não aparecem simultaneamente no ser humano, mas se sucedem um ao outro por mínimas diferenças de tempo. No entanto, uma vez estando todos em funcionamento, qualquer atividade psíquica terá três registros, um e apenas um em cada sistema, e, uma vez assimilada, sua estrutura passará a ser a desse sistema. Dessa forma "toda representação é indissociavelmente representação do objeto e representação da instância que representa, e toda representação na qual a instância se reconhece, representação de seu modo de perceber objeto" (3, p. 29).

Dentro dessa perspectiva, Aulagnier enuncia um postulado estrutural, relacional ou causal de cada sistema, definido segundo três formulações:

- "todo existente é auto-engendrado pela atividade do sistema que o representa" (3, p. 30) — postulado que rege o processo originário.
- "todo existente é um efeito da onipotência do desejo do Outro" (3, p. 30) — processo primário.
- "todo existente tem uma causa inteligível, tornada acessível pelo discurso" (3, p. 30) — processo secundário.

Fica dado, assim, um papel muito determinante à percepção, seja endógena ou exógena. Priva-se cada sistema da capacidade de auto-produção, necessitando ele sempre de uma informação, ou seja, de um elemento extra-psique ou extra-sistema, para que sua atividade seja desencadeada.

Essa aparente limitação do modelo é, no entanto, assumida por sua autora com o conceito de encontro. "Viver é experimentar de maneira contínua uma situação de encontro" (3, p. 32). Desde o início da vida ocorrem situações de encontro entre um receptor e um objeto que lhe corresponda. O protótipo dessas situações seria o encontro boca-seio na primeira experiência de amamentação. Nos encontros geralmente é apresentado à psique um excesso de informação que ela, de início, tenderá a ignorar, até que a informação se imponha de tal forma que exija sua metabolização. Aulagnier define como o "fatum" do ser humano exatamente esse efeito de antecipação, ou seja, "o confrontar-se a uma experiência, um discurso, uma realidade que, na maioria das vezes, se antecipam às suas possibilidades de resposta" (3, p. 34). O momento máximo da experiência de antecipação se daria no encontro inaugural boca-seio, quando o infans se confronta às produções psíquicas da mãe, de nível de organização muito superior ao de suas representações. A psique da mãe já sofreu a ação da repressão, e se estrutura segundo o processo secundário, enquanto o infans é regido pelo originário (ou primário). É a esta experiência de encontro com o discurso da mãe, discurso este que se antecipa às possibilidades de resposta do bebê, que Aulagnier denomina violência primária, considerada por ela "necessária" ao desenvolvimento. A psicose se origina quando, ao invés da violência

necessária, ocorre a violência secundária, excessiva¹. Aulagnier define "necessário" ou "necessidade" como as condições ou fatores indispensáveis para preservar a vida psíquica e física autônoma. E escolhe como definição de "vida psíquica", não a simples preservação de qualquer forma de atividade psíquica, mas sim aquela que permite um pensar e agir autônomos, ou seja, a vida após a repressão do Édipo.

[Outro ponto ressaltado por Aulagnier diz respeito à questão do prazer e do desprazer. O aparelho psíquico visa fundamentalmente a preservação e o alcance do prazer. A própria atividade de representar é investida libidinalmente e causa um "prazer mínimo" necessário, que garante sua existência. No entanto, o pólo do desprazer tem que ser aí acrescentado: ao lado do desejo de obter prazer, há a não busca do prazer, o não-desejo, o desejo de não ter que desejar. Aulagnier aceita assim a dualidade pulsional postulada por Freud: o aparelho psíquico é regido pelas pulsões de vida e de morte.¹ Os três processos terão que levar em conta essa dualidade, e poderão fazer duas representações opostas da relação entre o representante e o representado: uma, de reunificação prazerosa entre o representante e o objeto representado, e outra "na qual a meta do desejo será o ^(recalque) desaparecimento de todo objeto que possa suscitá-lo, o que faz com que toda representação do objeto apareça como causa do desprazer do representante". (3, p. 32).

Quanto aos conceitos de consciente e inconsciente,

1 A ser mais desenvolvido nos itens 3.4 e 3.6

Aulagnier explicita que os usará como Freud os formulou num de seus momentos teóricos, isto é, como a qualidade de uma produção psíquica ser ou não conhecida pela instância Eu, o que permite e equivaler consciente e inconsciente às qualidades de dizível ou não.

3.2 - PROCESSO ORIGINÁRIO: POSTULADO DO AUTO-ENGENDRAMENTO

O processo originário é o mais primitivo dos três modos de funcionamento psíquico. De acordo com o postulado do auto-engendramento que o rege, tudo que é metabolizado por esse processo, além de passar a ter a mesma estrutura que seu sistema, é percebido como auto-engendrado por ele, como fruto de seu próprio trabalho, jamais como podendo pertencer a um outro, a um objeto. É esta a estrutura do pictograma, representação própria a esse processo. "O pictograma é a representação que a psique se dá de si própria, como atividade representante; ela se representa como fonte que engendra o prazer erógeno das partes corporais e ela contempla sua própria imagem e seu próprio poder no seu engendrado, ou seja, neste "visto", "escutado" ou "percebido", que se apresenta como auto-engendrado por sua atividade"(3, p. 63). Não há, pois, aí, a diferenciação interno-externo, não existindo ainda a concepção de um sujeito que percebe ou lida com um objeto. O primeiro encontro boca-seio, que se dá na época em que esse processo domina a cena, não é captado no que ele tem de encontro de dois elementos isolados, mas, ao contrário, apenas em seu aspecto de união inseparável, de um "objeto-zona complementar".

Existe assim uma especularização, antes da possibilidade do estágio do espelho propriamente dito, no sentido de complementariedade entre o órgão receptor e o objeto. Um não pode existir sem o outro, e são representados pelo processo originário como complementares, inseparáveis, diretamente dependentes um

do outro. Qualquer alteração em um dos elementos será registrado como tendo ocorrido também no outro e o sujeito pode, por exemplo, vir a se mutilar quando o objeto lhe está causando desprazer. Ver-se-á adiante as conseqüências desse fenômeno para a vivência psicótica.

Aulagnier atribui essa complementariedade ao emprêstimo ao modelo sensorial feito pelo aparelho psíquico.

Antes de passar à análise do modelo sensorial, é necessário um exame da noção de empréstimo. Aulagnier assinala uma diferença entre seu conceito e o de "apoio" de Freud. Esta significaria que a psique se aproveita do caminho aberto pela percepção da necessidade para fazer com que, por apoio, a pulsão informe à psique de suas exigências. Já o conceito de empréstimo indica que, num ponto, necessidade corporal e pulsão psíquica realmente se tocam e interdependem. Pelo menos a nível do originário, existe uma interação muito íntima, se bem que enigmática, entre a representação própria a este processo (o "fundo representativo") e o orgânico. O corpo toma uma importância fundamental nessa época, sendo a representação psíquica ainda muito vinculada às atividades, funções e zonas corporais. Mesmo no processo primário, se poderá observar esta vinculação, expressa através do papel de destaque assumido pela imagem corporal.

Quanto ao modelo sensorial, vê-se que cada órgão só é colocado em ação, em suma, só existe, quando algum estímulo específico o atinge. Assim também ocorre com a psique, que está em íntima dependência dos elementos de informação, dos encontros. A princípio, inclusive, tal qual os órgãos dos sentidos, que não

distinguem o estímulo como externo a si, a psique, regida pelo processo originário, tomará a informação como parte de seu sistema. Além disso, assim como para o organismo, em que o esquema básico se constitui em apropriar-se do que é assimilável e rejeitar o que não lhe convém, assim também a psique metaboliza o que lhe chega em termos de elemento de informação, apropriando-se ou rejeitando seletivamente esses elementos.

Em termos psicanalíticos, o apropriar-se corresponderia ao investir libidinalmente, e o rejeitar ao desinvestir. Nesse sentido, haveria uma apropriação do que causasse prazer e uma rejeição do que proporcionasse desprazer. No entanto, devido à complementariedade objeto-zona, o desprazer resultante da ausência do objeto ou de sua inadequação, por excesso ou falta, se mostraria como ausência, excesso ou falta da própria zona, e haveria assim uma rejeição à própria zona, uma auto-mutilação.

Essa descrição parece corresponder bastante bem a comportamentos, observados em psicóticos, de distúrbios nas vivências com respeito ao próprio corpo e no vínculo do corpo com os outros e o meio. Há atitudes de ataque e mutilação do corpo e mesmo do pensamento, em resposta às vezes a problemas imediatos com o meio.

Nesse ponto, Aulagnier se refere a uma angústia de mutilação, própria dos psicóticos, que antecede e age como protótipo da angústia de castração do neurótico. "No originário todo órgão de prazer pode tornar-se aquilo de que nos mutilamos, a fim de anular o desprazer que subitamente ele pode nos proporcionar" (3, p. 54). Nessas vivências do início da vida, já há uma sin-

crônia da excitação das zonas, no sentido de que o prazer ou desprazer experimentado numa das zonas será estendido ao conjunto delas. Por um lado, esse princípio funciona como uma antecipação de uma unidade que se concretizará mais tarde. Por outro lado, se predominar a angústia de mutilação, a sincronia pode agir como causa de fragmentação desta pseudo-unidade (entendida, como tal, a posteriori), contribuindo para a futura desintegração da imagem do corpo.

Observa-se, pois, a relação direta existente entre o pictograma e os afetos de prazer e desprazer. Para o originário "a representação de um afeto e o afeto da representação são indissociáveis" (3, p. 42), não havendo anterioridade de um em relação ao outro. A toda representação pictográfica corresponde um afeto e a todo afeto corresponde um pictograma. Na primeira experiência de amamentação, a par do prazer pela satisfação da necessidade e pelo contacto geral com a mãe, existe um "a mais" de afeto prazeroso ligado ao ato de representar toda a experiência. É feito assim um investimento libidinal na representação, no "prazer mínimo" que garante sua existência e inaugura o aparelho psíquico. Daí em diante este pode-se independentizar, em certa medida, das experiências corporais e, para a passagem rápida de um estado de desprazer para um estado mais prazeroso, a psique pode escolher o caminho imediato da representação pictográfica (alucinação do seio, por exemplo), ignorando assim as necessidades do corpo. Este seria o "escândalo" do psiquismo. No entanto, sempre vai haver um momento em que a realidade do corpo se impõe e o pictograma não consegue manter o estado de satisfação. Ou melhor, é importante que esse momento ocorra, e para isso é neces-

sário que haja mais prazer na experiência total de satisfação da necessidade, do que na representação pictográfica, o que só é possível se essa experiência é representada como propiciadora de prazer às duas partes do conjunto "objeto-zona complementar".

Pode-se perceber aqui a importância atribuída pela autora às experiências reais da vida do indivíduo, desde seu estado de infans.

Simétrico ao "prazer mínimo", há o "desprazer mínimo", fruto da impossibilidade de se manter a fixação da imagem pictográfica, que leva, ou ao reinvestimento da imagem ou à procura de satisfação na realidade. No entanto, o próprio fato de haver uma necessidade vinculada a um corpo, ou seja, a existência de um espaço fora da psique, e que tem que ser representado por ela, é motivo de ódio. Este é ligado à pulsão de morte, Thanatos, que comanda uma tendência a "não ter que representar", à volta a um "antes" na verdade impossível, quando não teria havido necessidade da atividade de representação. A dualidade pulsional se apresenta, assim, desde o início da vida, e se manifesta no processo originário pela dupla tendência:

— de Eros - que busca uma união com o objeto através da fixação da imagem pictográfica.

— de Thanatos - que tenta destruir o objeto, o que, nesse contexto, corresponde também a uma auto-destruição. Tendência ao retorno a um "antes" impensável, época em que não teria havido a necessidade de representar. Há, assim, um "ódio radical" ao ter que representar, como se tivesse havido um antes, estado de quietude completa, de morte enfim, em que não se tinha que in

vestir na atividade de representação.

Eros só poderá se impor a Thanatos se a espera do prazer não for demasiadamente prolongada, já que ele necessita o ferecer a Thanatos, através do objeto, a ilusão de que ele atingiu o que buscava: o repouso da atividade de representação.

Como existe essa dualidade inicial, é falsa a idéia de um paraíso narcísico primeiro, para o qual todos gostariam de retornar. A díade, que em termos de sentimentos conscientes do Eu, seria representada por amor e ódio, se faz presente desde o princípio.

Cabe lembrar que o processo originário se manterá no sujeito mesmo após o aparecimento dos dois outros modos de funcionamento, e fará um registro, em seus termos, de qualquer atividade psíquica do sujeito. As vivências relativas ao primário, que lidam fundamentalmente com a relação dos pais, o originário as representará como uma relação entre um casal parental onde pode existir apenas a apropriação ou a rejeição de um pelo outro. Já a representação pictográfica do processo secundário será a de uma "zona função pensante" (o Eu), função parcial como outra qualquer, e as idéias serão vistas como auto-engendradas por essa função pensante.

No entanto, esse registro permanece normalmente como um "fundo representativo", forcluído do conhecimento consciente do sujeito não-psicótico, surgindo apenas em raros momentos de "fading" do Eu, após os quais essa instância retoma seu lugar, e "esquece" esses momentos de afetos extremos, bastante diversos dos sentimentos graduáveis a que ela está acostumada. Mesmo no

psicótico, o pictograma, quando ressurgir, o fará de uma forma in direta. Seriam os momentos de "acting out" do psicótico, ou de certas formas intensas de angústia. A irrupção, se bem que indi reta, do originário se dará através de uma projeção no real do ó dio radical ou do desejo de fusão, fazendo-se com que o corpo do próprio sujeito ou do outro passem a ser alvo de destruição ou de fusão, o que atesta a volta à indiscriminação típica da repre sentação pictográfica.

É interessante notar que "forclusão", termo forjado por Lacan (25) para dar conta de um mecanismo psicótico, é aqui empregado como ocorrendo nos casos opostos: enquanto os não psicóticos forcluem a representação originária, os psicóticos não a forcluem.

3.3 - PROCESSO PRIMÁRIO: ONIPOTÊNCIA DO DESEJO DO OUTRO

Segundo o postulado que rege o processo primário "todo existente é um efeito da onipotência do desejo do Outro" (3, p. 30). Esse novo processo consiste, pois, num passo adiante do originário, uma vez que torna possível a diferenciação entre dois espaços distintos: o interno e o externo, o da psique e do Outro. No entanto, por se tratar de um momento de transição entre o originário e o secundário, ainda não remete os acontecimentos ao discurso do meio, como faz o secundário, mas sim à possibilidade de apenas dois sentidos opostos, ambos expressão do desejo do Outro — o desejo do Outro de causar prazer à psique, ou seu desejo de causar desprazer.

Esse novo modo de funcionamento psíquico tem início a partir da dupla experiência do infans — momentos de presença e momentos de ausência do seio —, que aos poucos passam a representar, respectivamente, o desejo do seio de reunificação entre os dois espaços distintos (prazer), ou seu desejo de rejeição entre os dois (desprazer).

A crença na onipotência do desejo do Outro permite à psique conciliar duas vivências em princípio incompatíveis: a de que todo acontecimento é fruto de um desejo, e a de que existe o desprazer. Ou seja, o desprazer, quando ocorre, pode ser também considerado produto de um desejo, na medida em que se está sujeito ao desejo do Outro. Aparece assim o masoquismo primário: sentir desprazer pode ser vivenciado como prazer, já que consiste no atendimento a um desejo do Outro. A psique, dessa for-

ma, metaboliza o desejo de auto-destruição em um desejo de desprazer, preservando sua integridade, já que para se satisfazer esse desejo é preciso que se preserve a psique (o que não ocorreria no originário, onde havia auto-mutilação).

A representação própria ao processo primário é a fantasia, produto misto de imagem de coisa e imagem de palavra. Esse processo tem como característica o surgimento sucessivo dessas duas imagens e sua vinculação numa produção mista. A imagem de coisa seriam "as representações que o primário forja do "fantasiante" e do Outro, numa fase que precede a aparição da imagem de palavra" (3, p. 70).

Há nesse estágio um espelhamento, entre o modo de se perceber a relação entre os elementos do mundo, e a percepção da relação entre as partes e funções erógenas do corpo, e entre essas partes e o corpo do Outro (união e desligamento causando prazer e desprazer). Esse espelhamento se distingue, contudo, da especularização própria do processo originário, devido à diferenciação interno-externo. Dessa forma, apesar de sempre se seguir o esquema relacional da imagem corporal, não há coincidência obrigatória entre o desejo do Outro e o desejo do infans, reconhecidos agora como distintos. A imagem do "corpo do mundo", como denominou Aulagnier, pode, pois, não coincidir com a imagem do corpo do infans. Entretanto, mesmo nesse caso, a imagem de coisa seguirá o modelo da imagem que pode tomar uma parte erógena do corpo; e a relação entre as imagens, o padrão que une as funções erógenas do corpo. Enfim, toda fantasia, em relação à imagem do próprio corpo ou à imagem do mundo, remete às representações do primário quanto à ligação entre partes erógenas do próprio corpo

ou do corpo do Outro. Em suma, toda fantasia remete ao que pode ser causa de um prazer sexual.

Nessa perspectiva, entende-se a importância que a cena primária assume nesse processo, e a razão de ela ser considerada o núcleo da organização fantasmática. A relação dos pais, nesse momento, não é mais percebida como fusão ou rejeição, no sentido dado pelo processo originário, mas como união ou desunião de dois espaços distintos, de partes ou funções erógenas de dois corpos diferentes. Mas como, em última instância, ainda há apoio num modelo somático de penetração ou rejeição de partes do corpo, a cena primária pode ser considerada um produto de transição entre o originário e o primário. E esse modelo, através do qual o infans figura todas as respostas a respeito do desejo, de sua própria origem e da relação entre seu corpo e o do Outro, é denominado "engrama pictográfico". Isto é, "empréstimo feito ao modelo somático (do apropriar-se e do rejeitar) vai fornecer ao primário um material que ele metabolizará, tornando-se assim apto a figurar a relação presente entre ele (primário) e o corpo materno, entre o pai e a mãe, entre ele e o casal parental" (3, p. 72).

O processo primário, por ser transição entre o originário e o secundário, ao mesmo tempo em que mantém um "engrama pictográfico", também avança em direção à etapa posterior, permitindo uma percepção mais nítida da realidade do desejo do Outro. Cabe notar que é básico para o funcionamento psíquico que o desejo do Outro não coincida com o desejo da psique, pois só através dessa diferença, pode a psique entrar em contacto com a realidade do Outro, do meio, e, se deparando com o primeiro obstáculo ao

princípio do prazer, se aproximar dos dinamismos próprios à vida humana. Na psicose, não ocorre essa diferença, o que acarretará uma paralização do jogo pulsional, uma volta do pictograma em termos de especularização objeto-zona complementar, coincidência interno-externo, e a impossibilidade de a psique se colocar como o terceiro, assistindo a uma cena entre dois outros personagens.

Além disso, o primário já apresenta os chamados protótipos do secundário: o protótipo identificatório, o do Édipo e o da castração.

Quanto ao protótipo identificatório, deve-se notar que identificação é um mecanismo tipicamente secundário, relativo à instância Eu, decorrente do acesso à linguagem. No entanto, o "fantasiante", instância do processo primário, é a fonte do "sujeito do inconsciente", e este se forma através da identificação com a resposta da mãe à projeção do desejo do infans. Ou seja, o infans projeta na mãe uma figuração da relação entre o desejo da mãe e o prazer da criança. Ao mesmo tempo, tenta captar um sinal da mãe, e o interpreta como resposta a esse desejo. Introjeta, a seguir, essa resposta da mãe, que se pode expressar como desejo de dar ou de recusar prazer ao filho. Faz-se assim uma primeira identificação, com a resposta da mãe à projeção da criança a respeito da relação dos dois. Percebe-se aqui a importância dada ao tipo de sinal emitido pela mãe: a introjeção de uma resposta onde predomina um desejo de prazer em relação ao infans, ou, ao contrário, um desejo de desprazer, acarretarão, obviamente, diferentes formações do sujeito do inconsciente.

No momento em que o infans é capaz de perceber que

o desejo do Outro pode se opôr ao seu próprio desejo, ou seja, no momento em que ele percebe a realidade do desejo do Outro, ele pode perceber também esse mesmo desejo se dirigindo a um terceiro, que não é ele, a um "outro espaço". Inicia-se, assim, o protótipo do Édipo. Há agora a figuração de uma cena de três elementos, onde o infans se coloca no lugar do olhar que contempla a relação dos outros dois, relação fantasiada como prazerosa ou desprazeirosa. Esse terceiro espaço, objeto "x", será o representante de um atributo paterno, uma vez que mantém uma relação erogeneizada com a mãe, e toda a situação adquire uma qualidade edipiana, já que é quebrada, pela primeira vez, a relação exclusiva mãe-filho. Ao mesmo tempo, o infans tem uma relação própria com esse "outro espaço sem seio", onde podem até ocorrer situações de prazer.

Nesse momento, Aulagnier chama a atenção para um aspecto geralmente ignorado pelos estudiosos dos primórdios da vida psíquica ou da etiologia da psicose, qual seja, a importância do "desejo do pai" em relação ao filho, a par do desejo da mãe, já tão explorado pela Psicanálise. Mostra como ele está sempre presente desde o início, ou até antes, da vida da criança. Mesmo no caso da psicose, não haveria forclusão do desejo do pai pela mãe, ou sua ausência, mas sim presença desse desejo, que assumiria características específicas como, por exemplo, uma atitude "para-alimentícia", comum em pais de filho esquizofrênico.

Segundo um postulado básico do aparelho psíquico, apresentado por Aulagnier, qualquer vivência só será representada psiquicamente se causar um prazer mínimo. Isso é válido para o início de cada novo processo e, inclusive, para a possibilidade do protótipo do Édipo. Dessa forma, como diz a autora, a en-

trada do pai só se dará se for motivo de prazer para a psique. Parece, então, que na psicose há a presença do desejo do pai, mas não enquanto "função paterna", o que impediria a verdadeira "entrada do pai". O transmitido pelo pai, e registrado pelo infans como causa de prazer, seria a presença do pai, mas desempenhando funções não especificamente paternas.

Aulagnier, preocupada com a relação real entre os pais e filho, e com o papel exercido pelo pai e pela mãe, na possível patologia ou não do filho, afirma que o precursor do Édipo da criança é constituído pelo Édipo dos pais e sua capacidade ou não de reprimir essa vivência. Afirmação que ilustra o dito acima a respeito do perigo da coincidência entre o desejo do infans e o da psique. No caso do Édipo, é necessário que a um desejo erotizado da criança em relação aos pais, haja uma resposta de repressão por parte destes, ou seja, que o desejo dos pais não coincida com o do filho.

Na psicose, o que certamente se dá é uma superposição de desejos: ao desejo, comum no filho que nasce, de preencher uma falta da mãe, que se expressa, em termos edípicos, no desejo de ser o objeto exclusivo do amor da mãe, esta responderá com um desejo idêntico, de que o filho preencha efetivamente esta falta e que seja o objeto único ou primordial de seus impulsos erotizados. Ocorre assim uma paralização do jogo pulsional, que impede o crescimento. Cabe notar que essa dinâmica não se calca sobre um "amor" da mãe em relação ao filho mas, ao inverso, pressupõe um ódio da mãe por essa criança enquanto pessoa nova e singular, que pode ter um desejo diferente do seu. A mãe passa a querer que o filho ocupe um lugar que não lhe é próprio,

repetindo o papel de algum outro membro da família, às vezes até antepassado.

Finalmente, o protótipo da castração no primário consiste no medo de perder a autonomia de uma das funções do corpo. Situa-se entre a angústia de mutilação, própria do originário (medo de perder a própria zona, ou sua atividade), e a angústia de castração do secundário (medo de perder um "bem" — algo ou alguma área do corpo — que causa prazer).

O primário é o modo de funcionamento em que toda imagem corresponde a uma imagem das zonas erógenas do próprio corpo ou do corpo materno, e em que todo acontecimento é percebido como causa do prazer ou do desprazer do corpo (do infans ou da mãe). Nesse contexto, portanto, só são possíveis duas modalidades de experiência: as que causam prazer, tendo assim um efeito integrador sobre as zonas e funções erógenas, já que nessa época cada parte do corpo é metonímia do todo o seu funcionamento; e as causadoras de desprazer, que têm um efeito mutilador, não no sentido de se perder a atividade da zona, mas sim a autonomia da função, que passa a ser percebida como exigência do Outro.

É muito determinante nessa época o que se passa realmente em cada instante da relação da mãe com a criança, pois esta, por não ter ainda capacidade de simbolização e, conseqüentemente, de generalização e continuidade, absolutiza cada momento de prazer ou desprazer. Sendo assim, um momento de desprazer pode ter um peso bastante grande na produção de uma vivência de amputação do poder do indivíduo sobre suas próprias atividades e, por extensão, sobre seu próprio espaço psíquico.

A angústia de mutilação do processo originário se referia à perda da atividade de apenas uma zona específica, se bem que, segundo Aulagnier, mesmo naquela época, já existisse uma espécie de início de totalização das áreas, que parece mais, na verdade, uma ainda não diferenciação de cada zona. Já o processo primário se refere a vivências mais totalizadoras, em que a experiência de cada zona é vivida como metonímia de todo o espaço corporal e psíquico. Nesse sentido, qualquer experiência de mutilação, ocorrida nesse processo, acaba tendo um efeito também mais abrangente do que no processo anterior.

O processo primário é também a época em que surge a imagem de palavra. Não ainda enquanto acesso e lógica do discurso, o que só se dará no secundário, mas como um processo de transição, como junção da imagem de palavra à imagem de coisa, formando uma produção mista.

Levando-se em conta o surgimento consecutivo dos três modos de funcionamento, pode-se examinar como é metabolizado, por cada um dos três, o que é "escutado" desde o início da vida.

No processo originário, há um "prazer de ouvir" os sons emitidos pelo Outro, sem qualquer atribuição de sentido ou significado a eles. A zona auditiva comporta-se aqui como qualquer das outras zonas do corpo, que podem causar prazer ou desprazer, o que corresponderá à sua preservação ou mutilação.

Em relação ao secundário, o "escutado" é remetido a todo o sistema lingüístico, havendo pois uma exigência de significação, finalidade da demanda do Eu. A referência para cada

signo lingüístico é dada, nesse contexto, pelo discurso cultural, pelo discurso do meio.

Finalmente, quanto ao processo primário, há um "desejo de entender", mas não no sentido das múltiplas significações dadas ao "escutado" pelo secundário. O ruído passa a ser um signo que atesta a presença (o silêncio, a ausência) da voz materna, metonímia da presença (ou ausência) da mãe. Trata-se de um sistema de significação primária, em que cada som sô pode assumir um de dois "significados" opostos: ou o som confirma um desejo do Outro de fornecer prazer à psique, ou, ao inverso, o desejo do Outro de causar desprazer à psique. Em suma, já há aí um sistema de significação, no entanto regido pelo postulado do primário, isto é, sujeito à onipotência do desejo do Outro. Nessa situação, o silêncio consiste num sinal de desejo de desprazer para com a psique, já que implica numa ausência da voz, atributo sonoro do seio. Esse aspecto pode ser observado nos psicóticos, para quem o silêncio assume um carácter altamente destruidor.

Por esse quadro comparativo do modo de interpretar o "escutado" por cada um dos três processos, pode-se pensar na discrepância entre o dito pela mãe e o ouvido pelo infans. Enquanto aquela já teve acesso ao discurso simbólico e dota suas palavras de um significado condizente com esse discurso, o infans, ou tem o "prazer de ouvir", ou o desejo de entender o sentido de prazer ou desprazer transmitido pelos sons. É essa diferença um dos principais veículos da violência necessária, do efeito de antecipação exercido pela mãe sobre seu filho infans.

Um outro ponto ressaltado por Aulagnier, quanto à importância do registro da escuta, diz respeito à frequência com que o objeto-voz é tomado como objeto persecutório. Segundo a autora, a relação perseguidor-perseguido está sempre presente, de alguma forma, em qualquer tipo de psicose. Examinando melhor essa relação, vê-se que nela o desprazer de um é o objeto do desejo do Outro, o que mostra o caráter "primário" do relacionamento. Mas por que a voz? Quando se é bebê, pode-se fechar os olhos ou a boca contra os estímulos desagradáveis vindos de encontro a essas zonas, mas não se pode tapar os ouvidos contra sons perturbadores. O ruído funciona assim tal qual um objeto persecutório, que pode irromper a qualquer instante, sem controle por parte do perseguido. Além disso, a voz materna é percebida como a instância que, podendo fazer uma irrupção súbita, vem aprovar ou interditar o prazer sentido pela criança em qualquer outra zona corporal. Daí o silêncio ser tão ameaçador, pois pode estar guardando uma proibição passível de surgir a qualquer momento. Todo esse poder (de irromper quando quiser, de controlar o prazer obtido nas várias zonas, etc...), atribuído ao objeto persecutório, em princípio representado pela voz¹, manifesta a idealização a que ele está sujeito. O perseguidor é aquele cujo poder é idealizado, o perseguido estando, pois, condenado a "amar o mau objeto" (3, p. 93).

No entanto, a par do sistema de significação primária, já se dão, ainda nesse processo, vivências próprias ao se-

1 Aulagnier chama a atenção para o fato de que, no momento em que surgir a imagem de palavra, não se poderá mais falar em hierarquia de uma zona sobre as outras.

cundário, e que coexistirão lado a lado com as do primário.

A separação entre o registro da demanda e o do desejo começa a se fazer presente, por mais que sua solidificação só ocorrerá por ocasião do processo secundário. Como consequência, tem-se, em primeiro lugar, a nível dos objetos, um espectro maior de objetos causadores de prazer, uma possibilidade de substituição dos objetos de demanda. Dessa forma, as atividades corporais são em parte, deserotizadas, podendo melhor se resumir à sua função orgânica de origem. Obviamente que esse jogo substitutivo só se dará se a mãe assim o permitir.

A segunda consequência desse início de separação entre a demanda e o desejo se dá no registro da escuta, e tem implicações quanto aos signos primários e signos lingüísticos. Ao lado da interpretação dos sons através do sistema de significação primária (dois únicos sentidos: desejo de prazer ou de desprazer para o infans), começa aos poucos a surgir a percepção de que o signo pode ter várias significações diferentes, além das iniciais. Entretanto, por se estar ainda no primário, o sentido libidinal predomina sobre as significações lingüísticas. Há a formação de produções mistas (fantasias, segundo Freud) que são exatamente pensamentos conscientes enunciáveis, mas que carregam um sentido "primário", a modo de um "sobrenome" que a criança atribui a cada "nome" dado pelo meio.

A criança, assim, ao mesmo tempo se apropria de um saber sobre o sistema lingüístico, e o recusa¹. Consegue convi-

1 No sentido do mecanismo de "recusa" do fetichista. Corresponde ao termo "désaveu", utilizado por Aulagnier como tradução ao conceito de "verleugnung" de Freud.

ver pacificamente com dois sistemas de significação diferentes, operando uma clivagem entre eles. Seu discurso e ação passam a ser duplos: um de acordo com a significação do meio e outro de a acordo com a atribuição primária de sentido.

Essa fase de coexistência de duas vivências distintas deve corresponder à época em que a criança vive o Édipo, antes de reprimí-lo, época em que recusa a castração: percebe a cas tração mas não a aceita.

A dualidade se apresenta também a nível dos dois princípios que regem o aparelho psíquico: o princípio de prazer e o de realidade. A entrada em cena do processo primário implica um primeiro julgamento da realidade, que determina que há dois espaços psíquicos diferentes. No decorrer do caminho que leva do primário ao secundário, novas diferenças terão que ser paulatinamente aceitas: entre os representantes do casal parental, entre o desejo e a demanda, entre os sexos, entre a significação primária e a secundária. Dessa forma, o princípio de realidade consiste na aceitação das diferenças, e o princípio do prazer numa percepção de igualdades.

A instância Eu estará sempre sob o domínio dos dois princípios — pode adiar o prazer mas não o eliminar. Quanto ao primário, ele também é regido pelos dois princípios pois, a par do princípio do prazer, sua entrada em cena se dá pela ação do de realidade. Além disso, a mãe e seu discurso antecipador estão presentes todo o tempo dando o marco de realidade ao infans.

Ademais, a separação entre o processo primário e o secundário nunca se completa. A ação primordial do Eu consiste

em reprimir o primário, mas essa ação não tem jamais um efeito total. O Eu pode reduzir o primário mas nunca anulá-lo. A ação de repressão secundária deve-se mostrar eficaz quando o primário colocar em perigo o Eu, contradizendo a lógica e coerência de seu projeto.

Finalmente, é importante lembrar que os três processos sempre existirão em qualquer ser humano. Cada um estará constantemente em conflito com os outros dois, tentando ser o único regente do aparelho psíquico. Cabe à psique privilegiar a idéia/pensamento, própria ao secundário, para manter o mesmo discurso dos outros seres humanos.

3.4 - PROCESSO SECUNDÁRIO: POSSIBILIDADE DE SURGIMENTO DA INSTÂNCIA EU

O postulado, segundo o qual funciona o processo secundário, remete todo existente a uma causa inteligível, tornada acessível pelo discurso do meio. Esse discurso, representado, mais proximamente ao infans, pelo discurso da família, pré-existe ao nascimento e mesmo à concepção da criança, que se constitui desde o início num "espaço falante". Deve-se, assim, examinar mais detidamente esse espaço no âmbito familiar, e seus organizadores básicos, qual sejam, o discurso e o desejo do casal parental, para se obter uma noção das "condições necessárias para que este espaço ofereça ao Eu um habitat adequado às suas exigências" (3, p. 105).

Os fatores fundamentais do micro-meio familiar, a serem analisados agora detalhadamente, são, em linhas gerais, os seguintes: o porta-voz e sua ação repressora; a ambigüidade da relação da mãe ao "saber-poder-pensar" da criança; o reforço da violência através da "linguagem fundamental"; o que, do discurso do casal, retorna à psique da criança, formando os primeiros rudimentos do Eu; e o desejo do pai.

O primeiro "não-eu" com o qual o infans tem contacto é a mãe. Esta tem uma função primordial de porta-voz, tanto no sentido de ser a primeira a "portar a voz", isto é, a levar os sons, a palavra e a linguagem para a criança, quanto em seu aspecto de primeiro representante do meio externo.

Mostra-se básico, nessa relação inicial do infans

com o meio, o fato de a mãe já ter tido, ela mesma, acesso à significação, ao discurso do meio, ao processo secundário enfim. O material que ela transmite ao filho já foi, pois, metabolizado por seu aparelho psíquico, não se constituindo mais em objetos em si, mas em significações, em objetos tornados psíquicos e humanos pela ação do psiquismo da mãe, psiquismo este já sob efeito do processo secundário e da repressão. O infans, ao receber essas informações, as metaboliza em originário e primário, modos de funcionamento a que ele então teve acesso. No entanto, essa metabolização só é possível porque recebe como matéria-prima algo já "humanizado" pela ação psíquica da mãe. Ao infans, pois, são oferecidos objetos secundarizados, que ele transforma em originários ou primários, ignorando, por ora, seu caráter de significação.

Aulagnier afirma que suas idéias concordam, nesse ponto, com as de Lacan quando este se refere à "introjeção originária de um significante", que se daria simultaneamente à apresentação do objeto pela mãe. Seu pensamento afasta-se, todavia, do daquele autor no que diz respeito ao destino desta introjeção: o originário ignoraria o significante, apesar de a presença deste último ser condição "sine qua non" para que se dê a metabolização por aquele processo. O que equivale a dizer que um objeto já marcado pela repressão será metabolizado numa representação que ainda não se submeteu ao processo repressivo, ou ainda, que a psique do infans toma um objeto já sujeito ao princípio de realidade e transforma numa representação modelada apenas pelo princípio do prazer. É essa marca primeira do secundário sobre o psiquismo do infans que lhe possibilitará, mais tarde, o acesso de-

finitivo a esse processo, a modo de um re-conhecimento, de uma re-significação de algo que lhe parecerá, então, ter sido sempre de seu conhecimento. Nesse sentido, a apresentação de um material, já marcado pelo princípio de realidade e pelo discurso, terá um efeito de prótese sobre a psique do infans. Permanecerão, desse encontro, resíduos, do secundário e do material reprimido apresentado pela mãe, que se constituirão nos precursores necessários ao aparecimento futuro do processo secundário na criança.¹

Cabe notar, no entanto, que o material passado pela mãe ao infans não é produzido apenas pelo processo secundário. Os outros processos se mantêm em funcionamento no psiquismo da mãe e, conseqüentemente, também influem no que ela espera de um filho. Esses desejos são, no entanto, metabolizados pelo secundário, da forma descrita a seguir.

Podem-se reunir todas as expectativas e desejos da mãe em relação ao filho sob o nome de "sombra falada". Trata-se do discurso a respeito do infans, que é assim "falado", antes mesmo do próprio nascimento, pelo micro-meio familiar. Quando enfim nasce o bebê, a mãe, como porta-voz desse meio, dirige seu discurso a essa sombra, que é então projetada sobre o corpo do infans. A realidade do corpo da criança pode, contudo, contradizer a sombra falada, de algumas maneiras. Antes de tudo, se o sexo do filho não corresponder ao sexo esperado pela mãe. Além disso, as disfunções do corpo do bebê se mostram como sinal de uma "fal^{ta}", de um "a menos", sendo então qualquer falha no funcionamento desse corpo percebida pela mãe como uma recusa a ser conforme

1 Ver discussão no item 4.2.

à sombra. As funções corporais assumem, pois, o papel de uma mensagem a respeito da verdade, ou não, enunciada pelo discurso materno sobre o infans. A autonomia do corpo pode, desse modo, não ser bem recebida pelo porta-voz. Há, assim, na relação da mãe com o corpo de seu filho infans uma ambiguidade básica: ao mesmo tempo em que ela se encontra extremamente próxima dele e o cumula de cuidados, distancia-se ao considerá-lo um mero suporte da "sombra falada". A mãe pode, inclusive, operar uma clivagem entre a sombra e os aspectos do corpo rebeldes às determinações da sombra.

A sombra falada é um produto do discurso da mãe, ou seja, do processo secundário desta. Age, pois, a serviço da repressão, para manter distante qualquer erotização direta entre o infans e a mãe. Essa justificará todo seu contacto físico com a criança pela necessidade de cuidar de seu corpo, alimentá-lo, etc., visando apenas sua sobrevivência. A série de enunciados sobre o infans, que constituem a sombra, e que deserotizam a relação mãe-filho, funcionam como um "desejo do Eu", que vem substituir e mascarar o desejo inconsciente da mãe. Esta passa a fazer planos sobre o futuro idealizado de seu filho, como projeção de seu próprio narcisismo, incluindo geralmente neles o desejo de seu filho um dia também vir a ter filhos. Dessa forma, a mãe coloca no futuro e com outra pessoa (futura parceira do filho) o que é proibido e impossível no presente e com ela mesma. Através da proibição do incesto com seu filho, ela se defende na verdade, de seus desejos incestuosos em relação a seu próprio pai e, mais profundamente, em relação à sua mãe, pois são esses desejos os causadores do desejo de incesto com o filho. Em suma, os desejos do Eu

materno em relação ao filho "representam aquilo a que a mãe teve de renunciar, aquilo que ela perdeu ou que ela esqueceu de ter de sejado" (3, p. 113). A sombra terá a função de iludir a mãe, fazendo-a crer que haveria uma equivalência entre a satisfação do desejo do Eu e a satisfação do desejo inconsciente.

Ocorre assim o que Aulagnier denomina "conjugação e sintaxe do desejo", que seria um aspecto da repressão secundária.

Tomando-se como ponto de partida o desejo da mãe, a nível do processo primário, de ser o objeto do desejo de sua própria mãe, observa-se que, até se chegar ao desejo de que seu filho tenha um filho, percorre-se um longo trajeto, a saber:

"Ser objeto do desejo da mãe →

- ter um filho da mãe →
- tomar o objeto do desejo da mãe →
- ser o objeto do desejo do pai →
- ter um filho do pai →
- dar um filho ao pai (e a partir do momento no qual a mulher torna-se mãe) →
- desejar que seu próprio filho se torne pai (ou mãe), que seja realizado por ele um mesmo desejo de ter filho" (3, p. 115).

Observa-se por este quadro que o objeto — que se quer ser, ter, tomar ou dar — é o mesmo: "uma criança". Essa "criança mítica" circula em toda a seqüência, estando sempre presente enquanto desejo. Um filho que nasce é, em princípio, um suporte da "criança mítica", mas sua diferença fica marcada no momento em que se projeta esse mito para a criança que um dia esse

filho terá. Fica-se, desse modo, a salvo da coincidência absoluta da criança real com a criança mítica, que consistiria numa transgressão à proibição do incesto. A projeção da criança mítica pe la mãe, no futuro de seu filho, e com outra parceira, corroboram a interdição. Esta tem a possibilidade de ser mantida porque o "desejo de ter filho" é transmitido pela mãe, que já sofreu a repressão de seus desejos em relação a seus pais, e é endereçado a uma criança cujo poder erógeno não é reconhecido e cuja capacidade de ter ou dar um filho é nula.

A criança perde, assim, a possibilidade de realização do Édipo muito antes de descobrir seu próprio desejo edípico. Por intermédio da sombra falada, mãe e filho transformam seus desejos incestuosos de tal forma a tornarem-se, um para o outro, agentes de repressão.

A conjugação e sintaxe do desejo mostra a passagem do primário ao secundário. Como teria sido então a representação do "desejo de ter filho" no processo originário?

A primeira representação dessa idéia seria expressa, obedecendo aos princípios do processo originário, como um "desejo de ter um estado de prazer", se desejando assim ter um estado de prazer, o que é o mesmo que ser esse corpo no estado prazeiroso.

Observa-se, então, a impossibilidade de separar, a nível do processo originário, o "ter" e o "ser", o que decorre do postulado do auto-engendramento, segundo o qual não há diferenciação de uma zona e de um objeto, mas sim uma unidade objeto-zona complementar. Não se podem, pois, distinguir as duas fórmulas:

"Ser o objeto desejado por seu desejo" e "ter o objeto desejado pelo desejo", já que não há ainda o "eu" e o "não-eu", um sujeito que deseje ou seja desejado por um "outro". A sentença "que eu seja o objeto do meu desejo" expressará o que se quer ser e o que se quer ter. Acaba-se, nesse caminho, chegando a um impossível "ter-se", a modo de um pictograma.

Percebe-se então que a conjugação e sintaxe do desejo, que no primário se manifesta como querer ter um filho de sua própria mãe, tem sua origem no impossível desejo de se ter a si próprio.

Essa formulação é mais tarde abandonada, quando se descobre que não se pode ter o que se é, mas que se pode demandar e ter objetos substitutivos. Ocorre assim a passagem ao processo primário, quando os objetos terão a função de assegurar ao infans "que eles são o que a mãe deseja ter: uma criança cujo prazer será o que deseja seu desejo" (3, p. 119).

Finalmente, no enunciado secundário emitido pelo discurso da mãe — "desejar uma criança para possuí-la" — torna-se ponto essencial a distância que separa a criança mítica da criança real, e o "desejo de um filho" do "desejo desta e por esta criança". Esse movimento possibilita ao filho chegar, ele mesmo, ao desejo de uma criança, por ocasião do Édipo: ele passa a querer ter a criança que ele não pode ser. Dessa forma, a "criança mítica" consistirá no objeto do desejo em todos os momentos da dialética do desejo, passando de pais para filhos, porém, e é básico que assim aconteça, não se concretizará em nenhuma criança real, mantendo assim o seu valor de mito.

As vivências relativas ao originário, inclusive o pictograma "ter-se", são forcluídas pelos não-psicóticos. Os psicóticos provavelmente não forcluem esse pictograma, o que deve causar parte das confusões de identidade, na relação com os outros, que se observam nessas pessoas. Além disso, a própria mãe do psicótico também não parece forcluir esta formulação, pois é comum que ela espere, no nascimento de seu filho, seu próprio renascimento, o que revela uma busca de talvez finalmente satisfazer o desejo de se ter a si própria.

Ao mesmo tempo em que se mostra básico que o desejo de "ter uma criança" não deva ser completamente satisfeito pelo filho real, percebe-se também primordial a existência desse desejo. Sua ausência provocará igualmente patologia, pois é sua presença que permite que a criança passe a fazer parte da dialética do desejo. Ou seja, a mãe não deve desempenhar o papel de doadora de objeto mas sim o de doadora de desejo.

A repressão já efetuada pela mãe induz, pois, o infans a se usar desse mecanismo sobre um material também indicado pelo reprimido materno. Esse é um dos instrumentos básicos da ação antecipadora do discurso da mãe. Trata-se da violência da interpretação, ou seja, a mãe se concede o direito de decidir sobre as necessidades do corpo e da psique do infans. Por outro lado, o efeito de antecipação do discurso da mãe proporciona ao infans o dom da significação — o indizível se torna dizível e podendo ser partilhado com os outros. O processo da violência, no entanto, permanece desconhecido para mãe e filho, que apenas sentem seus efeitos. Há, porém, o risco do excesso de violência, o que sobreviria quando a mãe estende, para fases posteriores, es-

se momento em que ela ainda tem poder sobre as vivências do filho.

Quanto a essas vivências, de início se resumem às funções vitais básicas, sobre as quais a mãe procura provar seu poder e saber, zelando pelo seu bom funcionamento. Mais tarde, entretanto, se manifestará uma nova função, o pensamento, que inaugurarão novos caminhos e dificuldades na relação mãe-infans.

Do ponto de vista da mãe, o pensamento, como última função a aparecer, vem confirmar seu sucesso ou fracasso em seu cuidar do filho. Antes mesmo que ele se apresente, a mãe procurará sinais, nas atitudes do infans, que atestem sua existência e futura manifestação. Por outro lado, com a função do pensar, surge também a primeira possibilidade de autonomia do infans. No âmbito de suas outras funções, a não submissão ao desejo da mãe, isto é, qualquer disfunção, se levada às últimas consequências, implicaria em risco para sua sobrevivência. Neste momento, entretanto, é possível não se subjugar ao que a mãe deseja como conteúdo do pensamento, e sobreviver, mantendo segredo do que se está pensando, e até descobrir, através do pensamento, as mentiras da mãe. Esta, por sua parte, percebe essa possibilidade e, ao mesmo tempo em que deseja que o pensamento do infans venha coroar de êxito sua função materna, teme sua chegada.

Há um instante, então, em que o risco da violência excessiva é o maior possível, em que é tênue a linha que separa o medo comum, de qualquer mãe, da perda da posição única de poder sobre o filho, e o medo extremo, que a leva a querer manter a todo custo um poder-saber sobre o pensamento do infans. O surgimen

to de um delírio decorreria, antes de tudo, deste abuso de poder da mãe.

Em todo caso, o aparecimento da função de pensar no infans suscita na mãe três respostas, a saber: ela primeiro percebe o pensamento com mais uma zona função; depois, lhe atribui uma hierarquia sobre as outras funções vitais, na medida em que ele pode julgar sobre o bom ou mau desempenho das outras funções; e, finalmente, teme-o enquanto área de autonomia do filho.

Essas respostas fazem parte de um momento da relação entre mãe e filho e devem renunciar a um papel no futuro, quando então novos parceiros entrarão no circuito, quebrando a relação estreita mãe-filho. A patologização se dá nos casos em que ou uma dessas respostas se sobrepõe sobre as outras, ou uma ou mais delas se recusam a abrir mão de um lugar futuro na relação da mãe com a criança. A tendência à paralização desse momento pode ser fruto do desejo da mãe, do infans ou dos dois. Quando a mãe se nega a modificar uma dessas três respostas ou as três, se observará uma estrutura familiar psicótica, onde os enunciados maternos não aceitam questionamento.

Prosseguindo na análise do meio familiar, lugar que propiciará o aparecimento do Eu, instância do processo secundário, deve-se examinar, além dos dois elementos que o constituem basicamente, o casal parental e seu discurso, um terceiro fator, o discurso em si. Ou seja, a linguagem, à qual inclusive, se submetem os pais e seu discurso. Ela merece, pois, uma análise, independentemente das particularidades de sua transmissão em cada meio familiar.

A violência se dá também através dela, em dois momentos diferentes, assim como a castração segundo Freud. Num primeiro tempo, o infans é "falado", isto é, é sujeito à ação da linguagem muito antes de tomar conhecimento de sua existência. Num segundo momento, quando ele adquire um primeiro saber sobre a linguagem, há apenas um reforço da ação já exercida pelo discurso sobre sua psique. O segundo tempo permite a passagem do afeto ao sentimento, dizível e consciente, o que, ao mesmo tempo em que consiste numa violência, possibilita ao infans o acesso à nomenclatura, único meio através do qual o sujeito humano pode tentar satisfazer seus desejos.

A nomenclatura do afeto e das relações de parentesco são os dois aspectos primordiais da ação identificatória da linguagem, por mais que ela, em seu conjunto, tenha essa função. A linguagem determinará todos os caminhos identificatórios possíveis para o sujeito, incluindo a saída psicótica, que consiste na "forma extrema da única recusa acessível do Eu" (3, p. 127).

À reunião desses dois subconjuntos da linguagem, Aulagnier denominou "linguagem fundamental", nome emprestado de Schreber, que assim chamou a linguagem em seu papel identificatório. Seria, para ele, a "linguagem arcaica que fala a voz divina" (3, p. 128).

Quanto aos termos das relações de parentesco, Aulagnier os considera estreitamente relacionados ao simbólico de Lacan. O acesso ao simbólico, no que diz respeito ao registro da identificação, seria a capacidade do indivíduo de perceber seu lugar na rede de relações de parentesco como uma função simbólica, isto é, transcendendo à sua ocupação concreta por ele. Este

subconjunto da linguagem apresenta inclusive um certo grau de autonomia, já que, por exemplo, o psicótico pode falar e ao mesmo tempo desconhecer o significado do conceito de função paterna, função materna, etc. Por outro lado, a não aquisição desse atributo da linguagem pode também dificultar o acesso do indivíduo à função da linguagem como um todo.

Aulagnier analisa detidamente a linguagem enquanto nomeação do afeto para chegar a um quadro mais claro da constituição do Eu.

O sistema lingüístico, e não mais a voz da mãe, fornece os termos através dos quais se pode falar e comunicar, o que, em sua origem, foi um afeto, e assim demandar os objetos de satisfação. No entanto, não há nada que prove que um mesmo nome, dado por mais de uma pessoa, ao que se vivencia, corresponda ao mesmo tipo de afeto. Há apenas a referência a uma lei, a do sistema lingüístico, que determina a ligação de cada significante a um significado que se supõe ser cada afeto. Essa lei possibilita o uso e aprendizado da linguagem, enquanto nomeação de afeto, mas não garante a equivalência entre os afetos chamados pelo mesmo nome.

É esse, portanto, o reforço da violência primária. Trata-se da violência da interpretação operada pela nomeação do afeto: os sentimentos são termos usados pela mãe para designar o que ela supõe que o infans está sentindo. Consiste na verdade em um duplo afastamento do afeto primeiro do infans: a própria vivência é determinada pela mãe, e o nome dado a ela é já uma interpretação do que seja a causa desse afeto. Restará dessa vio-

lência uma cicatriz que se pode manifestar em muitas ocasiões, pela vida afora, como em cada vez que se quiser saber o que outra pessoa sente, ou se a vivência do outro coincide com a sua própria. Essa marca resulta, assim, do modo de ligação que a "linguagem fundamental impõe entre o significante e o significado, entre a voz e o enunciado, entre a nomeação do sentimento e o afeto que ele designa" (3, p. 130).

O ponto de referência da nomeação do afeto é aquele que dá o nome ao afeto, isto é, a mãe. Esta é uma garantia absolutamente subjetiva, pois depende da cultura em que ela se insere, de sua problemática pessoal, etc. Como decorrência, haverá sempre a dúvida pairando sobre essa nomeação, pois ela é baseada na confiança e credibilidade que se tem em relação a um outro. Faz parte do ser humano a oscilação, entre a certeza e a dúvida, quanto à capacidade de um nome exprimir o mesmo afeto em todas as pessoas.

Contra essa dúvida, surge às vezes a certeza delirante, exatamente nos casos em que a garantia da nomeação do afeto é mais ambígua e oscilante, ou seja, quando o sujeito não consegue encontrar no discurso do outro "esses pontos de certeza que permitem à dúvida de encontrar os limites necessários para que o discurso exerça sua função" (3, p. 129). É o caso de Schreber, por exemplo, para quem, na língua fundamental, "recompensa" significava "punição", "veneno", "alimento", etc...

A linguagem pré-existe e independe de cada indivíduo. A autonomia da linguagem se explicita mais, exatamente nos casos de psicose, quando o discurso materno tenta não se subme-

ter às regras do discurso do meio. Aí fica claro para a mãe a disparidade entre os dois discursos, o que afirma a independência da estrutura lingüística em relação ao uso que cada um faz dela. Para o sujeito psicótico, a linguagem passa a ser, então, o lugar da mentira, como o era para Schreber, uma vez que o discurso que lhe foi passado pela mãe é discrepante com o dos outros.

A nomeação do afeto é a única condição de conhecimento a nível do Eu, para quem conhecimento é sinônimo de dizível. Faz-se assim um corte radical entre o registro pictográfico e o registro da atribuição de sentido. O que se vivencia passa a ser o que pode ser falado e transmitido aos outros. Ganha-se assim acesso ao discurso geral, o que permite compartilhar da mesma linguagem que os outros.

Do deslocamento que ocorre no registro do dizível, da cicatriz que resulta da distância entre o primeiro vivenciado incognoscível e o "dito", aparece a instância "Eu". Ela surge, pois, como consequência da nomeação do afeto. Toda vez que se nomina um objeto previamente investido, se está simultaneamente designando a relação que une esse objeto ao sujeito e, assim, indiretamente, nomeando o sujeito. "O ato de enunciação de um sentimento é, portanto, conjuntamente enunciação de uma autonominação do "Eu" (3, p. 135).

O espaço onde o Eu se constitui, e o único espaço onde ele pode se constituir, é o lugar dos significantes, sobretudo os que dizem respeito à nomeação do afeto e à das relações de parentesco, pois estas nomeações comportam sempre o objeto e a relação que o liga ao sujeito que o nomeia. "O Eu não é senão

o saber que o Eu pode ter sobre o Eu" (3, p. 135). A ação identificatória da linguagem se mostra precisamente aí: O Eu só se pode constituir a partir do que ele diz que ele é, e do que ele afirma que os outros são para ele.

Resta finalmente analisar o último fator do espaço extra-psique de que a criança se dá conta: o desejo e o discurso do pai.

Haverá um momento em que a criança terá que perceber que o corpo do homem possui um órgão que dá prazer à mãe e que é imprescindível à procriação; que ele, infans, não é o objeto principal do desejo da mãe e sim um outro; e que, além disso, a mãe teme e respeita o discurso desse outro, que é tomado por ela como lei, como referência a seu próprio discurso. Ao final desse trajeto, em nossa cultura, a criança encontra o pai.

Aulagnier vai mais além de Freud e Lacan, ao frisar a positividade do desejo do pai, tanto de ter um filho quanto por esta criança seu filho. Afirma que, sobretudo nos casos em que há a forclusão do desejo do pai, é mais facilmente observável que, se a mãe excluiu esse desejo, o fez porque o pai assim o quis e permitiu. Ou seja, o pai e seu desejo têm um papel ativo na psicotização ou não de seu filho.

Inicialmente, contudo, o "desejo de ter filho" é transmitido pela mãe, seja para seu filho homem ou filha mulher. Em caso do filho ser um menino, e o "desejo de ter filho" implicar em "desejo de ser pai", a referência da mãe se constituirá na marca, que ela possui, da função de seu próprio pai. Há assim uma função que passa de pai para pai. Entre o pai da mãe e o fi

lho como futuro pai, está aquele a quem o filho se dirigirá para entender a significação do termo "pai" e do conceito "função paterna", qual seja, seu pai real.

A mãe é, assim, o elo intermediário que ajuda a criança a ter acesso à categoria do conceito de pai. E é ela que oferece ao filho a primeira encarnação do símbolo, o pai real. Entretanto, a criança verá o representante da lei, não só naquele que o discurso da mãe aponta, mas também no discurso que é realmente emitido pela voz paterna.

Em nossa cultura, enquanto a mãe é o primeiro representante do Outro, o pai é o representante dos outros ou do discurso dos outros. Nesse sentido, o pai referencia o discurso da mãe, já que ele representa a lei, o discurso do meio, que garante que o discurso e interdições da mãe não sejam arbitrários, mas se apoiem num discurso cultural. E no momento do encontro com o pai, se a mãe e o pai derem espaço para que tal aconteça, há a consolidação da referência à estrutura da linguagem, consolidação de algo que já teve sua marca original desde o início da vida, desde a primeira relação com o porta-voz, desde a introjeção originária de um significante.

O encontro com o pai se esboça durante o primário, quando há o encontro com o "outro sem seio" que pode também propiciar prazer ao infans. O primeiro traço diferencial que já se observa aí consiste no fato de que a relação com o pai causa prazer e, no entanto, não tem como base a satisfação de necessidades, ao contrário do que ocorre na relação com a mãe. Há assim, uma quebra de indissolubilidade entre a satisfação das necessida

des do corpo e a satisfação da libido, o que leva a criança a perceber que o motivo do desejo da mãe pelo pai também não reside na necessidade.

O primeiro movimento do infans em relação a esse pai, cuja existência em princípio é atribuída ao desejo da mãe, é seduzí-lo. A criança se oferece como tendo o que o pai deseja na mãe, o que é também uma forma de tentar guardar a mãe para si, de se dar no lugar da mãe. A tendência do infans a seduzir o pai se basearia, assim, na formulação do que o pai desejaria nele o desejável da mãe.

O segundo movimento seria a percepção do pai como objeto a odiar, o que acarretaria num "desejo de morte" do pai. A criança, ao perceber diferença entre os sexos, percebe o caráter não absoluto do poder da mãe e, por outro lado, o poder da potência paterna, à qual a própria mãe se submete. Ocorre, nesse momento, a primeira racionalização de uma decepção, por parte do filho, qual seja, atribuir a uma lei externa, à lei do pai, o fato de a mãe não desejá-lo, estabelecendo uma cumplicidade transitória com a mãe contra essa lei.

No entanto, esse "desejo de morte" do pai, devido à sua proibição do desejo incestuoso, é apenas um segundo tempo de um ódio mais antigo. Muito antes da vivência edípica, o pai já encarnava no "não-eu" a causa da incapacidade infantil em manter um estado constante do prazer. Ainda quando da vigência do processo originário, o ódio indizível e sem objeto, do desejo do não desejo, era dirigido ao pai, como primeiro representante dos outros e de uma lei que torna o desprazer uma experiência à qual

não se pode escapar. Em suma, na época da marca originária do significante, é o pai, por mais que ainda não se tenha consciência disso, que faz o papel desse significante primeiro do qual ninguém se pode livrar, é o pai que impõe o "ter que representar" que causa tanto ódio.

Por ocasião do Édipo, o pai real vem dar sentido a esse ódio indizível e sem objeto, então, "o desejo de morte transformado em desejo de assassinato encontra no pai um substituto, tanto quanto um reasseguramento: com efeito, o desejo de que ele morra é contrabalançado pela imagem de uma força muito superior à força de quem o deseja" (3, p. 141).

Para compreender melhor a problemática do desejo do pai pela criança, deve-se analisar o contexto da paternidade.

Vê-se primeiramente que não há como se provar o papel procriador do pai, estando pois a paternidade basicamente ligada à designação pela lei: em nossa cultura, por exemplo, pai é aquele que dá o nome (sobrenome) à criança. Ao mesmo tempo, o filho é a prova da função fálica do pênis do pai, função essa transmitida por sua própria mãe. E a mulher, ao dar um filho ao homem, mostra seu desejo de ser a transmissora da função paterna, que passa na verdade de pai para pai.

Como se daria a passagem dessa função?

A dupla presença da morte no encontro do pai com seu filho — desejo de morte do pai em relação a seu próprio pai, e desejo de morte do filho por esse pai — pode ser reprimida por que é substituída pelo desejo de que o filho seja o sucessor, aquele que levará adiante a função de pai, transmitindo-a a seu

futuro filho. Deve passar a existir, assim, um desejo consciente de que o filho se torne aquele a quem o pai dá o direito de exercer, mais tarde, a mesma função, de pai. O desejo de transmissão da lei faz com que o pai aceite a sua própria morte real futura. A função paterna, por depender da cultura, só se mantém enquanto núcleo do sistema de parentesco, se for garantida por uma descendência. O pai, então, projeta no filho uma "castração positivada", mostrando a ele que "aceitar a castração é ter acesso a este lugar onde, tornando-se o referente da lei do incesto, ele descobre que isto não implicou na sua castração e que seus medos eram imaginários" (3, p. 144). No entanto, o acesso a este lugar implica em se reconhecer mortal, isto é, aceitar que se ocupa um lugar temporariamente, que foi antes ocupado por outros e será mais tarde por seus filhos.

Já na relação do pai com a filha, esse desejo de morte não está tão presente, havendo menos rivalidade direta entre os dois. A filha tenderá a seduzir o pai e este a aceitar esta sedução.

Finalmente, numa tentativa de especificar os traços diferenciais do desejo do pai, em relação ao desejo da mãe, vê-se que para o pai: o filho é visto como o sucessor legítimo de sua função paterna, sendo assim, o pai privilegia nele o poder futuro de também ter filhos; o narcisismo do pai, estendido até o filho, se expressa muito mais em termos de valores culturais; e, por fim, o pai aceita melhor o crescimento do filho e, ao invés da mãe, que o percebe como uma perda, ele deseja que seu filho cresça e realize sua própria função paterna, dando prosseguimen-

to, assim, à cadeia iniciada muito antes dele e que também não se encerrará nesse filho.

3.5 - CONTRATO NARCISISTA E CONJUGAÇÃO DO FUTURO: DOIS ASPECTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EU INACESSÍVEIS AO PSICÓTICO

3.5.1 - Contrato Narcisista: Relação do Eu ao Social

Aulagnier, sem pretender analisar as complexas relações do psíquico com o social, tenta definir a influência que pode ter no psíquico o meio social e suas particularidades. Coloca o social como um último fator extra-familiar que contribuiria para a formação da instância Eu.

A primeira forma do grupo social atingir o indivíduo seria através do meio familiar. A maneira como a família estiver marcada por ele será transmitida ao indivíduo que nasce, e os conflitos que porventura existirem entre a família e o meio serão também registrados de algum modo pela criança. Ademais, há uma relação direta do meio social com o infans, que se inicia em termos de expectativas, de um lugar e papel predestinados para esse sujeito. E quando chega o momento do indivíduo se desligar da relação mais absorvente com a família e seus valores, é no meio que buscará novos emblemas identificatórios. Enfim, a relação indivíduo-meio consiste, de fato, no último elemento importante para a constituição da instância Eu.

Para se examinar melhor a relação do meio social com o infans, é necessário se ter em conta que este meio se traduz, para cada indivíduo ou família, através do grupo social mais próximo. Este pode ser definido como o "conjunto de sujeitos que falam a mesma língua, regidos pelas mesmas instituições e, quan-

do é o caso, tendo uma mesma religião" (3, p. 147). Esse grupo emite uma série de enunciados, se sobressaindo em importância aqueles a respeito do próprio grupo, que definem seus fundamentos, que discorrem sobre sua origem e futuro (finalidade). Podem-se apresentar, de acordo com cada grupo dado, em termos de um discurso sagrado, mítico ou científico. Esses "enunciados do fundamento" ou "fundamento dos enunciados" terão para os indivíduos um papel determinante no seu processo de identificação. E, do ponto de vista do grupo social, é muito importante que eles sejam investidos pela maioria de seus membros, como palavras de verdade, pois só assim eles podem manter sua função de fundamento, o que se mostra "uma condição absoluta para que se preserve uma concórdância entre o campo social e o campo lingüístico, permitindo uma interação indispensável ao funcionamento dos dois" (3, p.147). Ou seja, o fato de o fundamento do grupo social serem "enunciados", transmitidos através da linguagem, garante a interação meio social-linguagem.

A referência aos valores do meio social mostra-se, pois, de fundamental relevância na problemática identificatória do indivíduo. Examinando melhor a relação entre o meio e o sujeito, observa-se que há entre eles uma espécie de contrato, o contrato narcisista, do qual resultam ganhos para ambas as partes interessadas. Por um lado, o indivíduo, investindo os enunciados do fundamento do meio, colabora para a subsistência do grupo, e para a manutenção do "meio ideal", isto é, do modelo social "adequado aos ideais daqueles que o defendem" (3, p. 148). Por outro lado, através do contrato narcisista, o indivíduo é investido pelo grupo, que se torna assim um suporte de parte de sua

libido narcísica. O grupo social dá ao indivíduo um lugar e papel, e o título de "sujeito ideal", ou seja, sujeito reconhecido por todos do meio como tendo uma posição nesse grupo mais amplo, e não apenas no meio familiar.

Esse processo se inicia com o investimento da criança recém-chegada pelo grupo social, que lhe designa um papel. Mais tarde, quando o indivíduo quiser se afastar da família, para buscar novos emblemas identificatórios, se voltará para o grupo social, que o reconhecerá como pertencente a ele, com a condição de que o sujeito também o invista enquanto meio ideal. Pelo contrato narcisista, o sujeito pode inclusive aceitar a própria morte, identificando a perenidade do grupo com a perenidade individual: ele, indivíduo, um dia morrerá, mas de certa forma se manterá através dos outros que lhe seguirão. A equação perenidade do grupo — perenidade do indivíduo expressa claramente como esse contrato atende a interesses do indivíduo e do meio, pois, através dela, tanto o indivíduo mascara a castração e mantém seu narcisismo, quanto o grupo tem sua subsistência garantida, através do investimento do sujeito nesse meio ideal que não se extingue jamais.

O indivíduo ganha, assim, acesso à historicidade, uma vez que o grupo social lhe dá uma teoria sobre a origem, e uma noção de futuro, quando outros indivíduos existirão em seu lugar, perpetuando o grupo do qual ele um dia fez parte.

Aulagnier parece falar aqui de forma mais abrangente de um tema já abordado antes: o da "castração positivada". A diferença é que agora ela não se refere mais apenas à relação do

pai com o filho homem, mas a de todo e qualquer indivíduo com seu meio social: uma forma de se aceitar, e ao mesmo tempo mascarar, a castração consiste em manter a idéia de que o indivíduo se eterniza através de outros do grupo ou, mais proximamente, através da descendência.

O contrato narcisista, e o processo de identificação do sujeito dele decorrente, se dá ao lado das identificações infra-familiares, as quais consistiriam no registro identificat^orio no sentido estrito, a nível do imaginário. O sujeito necessita, a partir de determinada época, se desprender dos modelos da família, e se voltar para o grupo social. Esse movimento é, também, uma maneira de se experimentar um processo identificat^orio que não seja "totalmente aprisionado na armadilha da relação imaginária" (3, p. 150), isto é, situado mais além da relação dual especular. Trata-se ainda de uma identificação narcísica, porém não a partir da relação absorvente com a mãe, mas sim da relação com o grupo, mais ampla, menos aprisionante. O "sujeito ideal", instituído a partir do meio, não é pois sinônimo de ego ideal ou mesmo de ideal de ego, pois estes seriam fruto da relação familiar¹.

No entanto, nem sempre a relação do sujeito ao meio social pode ser levada a cabo com êxito. O modo e intensidade

1 Cabe inserir aqui o que Aulagnier entende por registro do imaginário, definido por ela como o registro identificat^orio no sentido estrito. A autora concorda com Lacan quando esse afirma que o imaginário se inaugura a partir do estágio do espelho (23). Este engloba três momentos: o auto-reconhecimento na imagem refletida; o se voltar para a mãe obtendo sua aprovação; e finalmente, o retorno à imagem do espelho, agora constituída pelo visto pela criança somado ao enunciado da mãe sobre essa imagem. A identi-

da relação do indivíduo a esse meio depende do quanto ele investe, em termos de crença, os enunciados do fundamento do grupo. Apesar de o acesso do indivíduo ao meio social ser, de início, mediado pela família, mais tarde ele tem contacto direto com os valores de seu grupo. Sendo assim, as variações de investimento do fundamento dos enunciados, por parte dos pais, até certo limite, não afetam a relação posterior do sujeito com o grupo. Se houver, entretanto, um afastamento muito grande entre os pais e o meio, a relação do indivíduo com esse meio também se encontrará prejudicada. O afastamento pode provir de duas origens: os pais ou o meio.

Quando são os pais que rejeitam o contrato, trata-se de um casal (ou um dos dois elementos) com núcleo psicótico e que, conseqüentemente, produzirão um filho psicótico. Esse não terá acesso ao contrato com o meio e, por conseguinte, perderá o suporte para as identificações extra-familiares. O rompimento do contrato não chega a atuar como causa da psicose, mas fará parte de seus fatores indutores.

No caso de ser o meio o agente a excluir e rejeitar a família, o indivíduo, quando para ele se voltar, encontrará concretizada a fantasia de rejeição e anulação, já presente a partir da relação com os pais, onde também não havia espaço para

ficação imaginária consiste, pois, no prenúncio do Eu, e será ratificada mais tarde, em termos de enunciados identificatórios do Eu. Além disso, o imaginário, por ser o início da separação entre o "eu" e o "não eu", implica na noção de que o que se demanda pode não coincidir com o que o Outro oferta. Há, assim, a possibilidade de se demandar objetos substitutivos, o que faz com que a relação do indivíduo com a mãe passe a ser mediatizada pelos objetos de demanda.

a autonomia. Aqui, da mesma forma, o rompimento do contrato narcisista não será a causa da patologia, mas agirá como reforço da situação de exclusão já experimentada na família. O indivíduo se sentirá recebido pelo meio como uma peça sem autonomia, simples engrenagem de uma máquina, jamais como "sujeito ideal".

3.5.2 - Conjugação do Futuro: Projeto Identificatório

A conjugação do futuro, atributo da instância Eu, é também, assim como o contrato narcisista, inacessível ao psicótico. A psicose, então, não anula o Eu, talvez se constituindo, ao contrário, num produto dessa instância, mas impede o aparecimento de algumas de suas características básicas. Uma delas seria a conjugação do futuro e o conseqüente ingresso na historicidade e na temporalidade, com o também reconhecimento do passado enquanto tal. No psicótico não há a noção de futuro, pois o que deveria ser reconhecido como passado permanece sempre se repetindo, não havendo pois a idéia de tempo e de um indivíduo sujeito à passagem desse tempo.

Fora do quadro psicótico, quando então o Eu se insere na temporalidade, não se pode afirmar que o Eu tenha uma imagem estática. Ao contrário, ela é sempre fruto de um "projeto identificatório", da "auto-construção contínua do Eu pelo Eu" (3, p. 154).

No entanto, dentro dessa continuidade, a auto-construção da imagem do Eu encontra um marco fundamental na dissolução do Complexo de Édipo, que divide seu processo em dois tempos.

Estanto a imagem do Eu diretamente vinculada aos objetos que ele aspira possuir, no primeiro momento a criança define sua imagem ainda nos moldes da onipotência e do narcisismo, desejando um dia ter todos os objetos do mundo ou, mais especificamente, a mãe. No segundo tempo, o indivíduo abre mão desse desejo e passa a querer ter atributos possíveis e valorizados por seu meio familiar e social (papéis, profissões).

No segundo momento, e mesmo ainda no primeiro, observa-se uma discrepância entre o que a criança é e o que ela aspira ser. Essa diferença consiste no ponto básico que permite a conjugação do futuro: só existe o conceito de futuro se se admite que não se é (ou não se tem), o que se gostaria de ser(ou ter). Ou seja, a conjugação de um tempo futuro depende da aceitação da castração — a consciência de que falta algo que pode, talvez, ser obtido mais tarde, o "talvez" expressando a concomitante renúncia à certeza. Enfim, o indivíduo pode apenas esperar atingir seus objetivos, e num tempo nunca coincidente com o atual. Esse movimento de se esperar alcançar depois o que ainda não se tem agora é exatamente a garantia da conjugação do futuro, pois possibilita que "mudar", que em si nunca é atrativo, passe a ser causa de obtenção de prazer.

Em suma, na discrepância entre o Eu futuro e o Eu presente, garantia do ingresso do sujeito na temporalidade, é o que atesta "a assunção da experiência de castração no registro identificatório" (3, p. 157). Essa aceitação implica, por outro lado, na permanência da esperança narcísica na coincidência entre o Eu e seu ideal, o que, se se concretizasse, paralizaria o projeto identificatório.

O ideal parece-se referir, na verdade, a um desejo passado (em relação à mãe), que é transformado pela repressão, e projetado para o futuro. (No sentido da "criança mítica", e da "conjugação e sintaxe do desejo", já referidos).

A castração se encontra, pois, estreitamente relacionada à identificação, sendo a angústia de castração sinônimo de angústia de identificação. A castração se dá pela descoberta de que o lugar narcísico que se julgava ocupar, de objeto de amor exclusivo da mãe, era uma fraude, na qual só o próprio indivíduo acreditou um dia. Ao se revelar o engano, é revelado também o lugar verdadeiro do sujeito (lugar de filho, de homem ou mulher), a aceitação da castração coincidindo, pois, com a identificação. A castração é uma experiência da qual não se sai jamais, podendo-se apenas assumi-la, "de forma a preservar para o Eu alguns pontos fixos, que servirão como apoio quando surgir um conflito identificatório" (3, p. 158).

A assunção da castração garante que o processo identificatório seja levado a cabo com êxito, e que o Eu seja sujeito de seu discurso. No entanto, a angústia de castração não deve ser excessiva, o que ocorre quando as referências identificatórias, dadas pela família ou meio social, oscilam demais, para além dos limites toleráveis. Esses casos seriam propiciadores de aparecimento de psicose.

Finalmente, cabe analisar a clivagem do Eu decorrente da castração e da repressão pós-edípica. Para que o Eu mantenha seu projeto identificatório, que inclui a conjugação do futuro, e a não coincidência entre o que ele é e o que ele preten-

de ser, é necessário que sejam abandonadas as imagens relativas à época anterior à dissolução do Édipo. Há, assim, no Eu, uma ação repressora, que exerce sua função sobre os enunciados identificatórios passados incompatíveis com sua imagem atual. Em conseqüência, ocorre uma clivagem dentro da instância Eu, entre, por um lado, os enunciados presentes e os do passado que podem ser ainda mantidos, e, por outro, a ação repressora e os enunciados reprimidos, rejeitados pelo Eu atual. O primeiro conjunto formaria o Eu dizível, e o segundo, o "Eu inconsciente"¹. O projeto identificatório do Eu reprime, portanto, muitos enunciados identificatórios passados, e reconstrói um passado compatível com o Eu presente e a conjugação do futuro.

1 Ver discussão no item 4.1.

3.6 - ESQUIZOFRENIA: "PENSAMENTO DELIRANTE PRIMÁRIO"

Aulagnier frisa que estudará as condições necessárias para o aparecimento da psicose, o que não implica serem essas condições suficientes para o surgimento do quadro. Admite, assim, a capacidade do indivíduo de, apesar de circunstâncias adversas, se desenvolver satisfatoriamente.

Essas condições seriam necessárias para se formar a potencialidade psicótica, ou seja, uma estruturação psicótica que pode chegar a eclodir em surtos ou não. Com o conceito de potencialidade psicótica, Aulagnier anula a possibilidade, levantada por certos autores, de haver um "núcleo psicótico" em todas as pessoas, já que para a autora essa potencialidade resulta de uma falha na relação inicial da criança com a mãe. Ademais, essa noção talvez lance nova luz à compreensão de casos geralmente considerados "limítrofes" ou mesmo "neurose grave". Segundo Aulagnier, "a potencialidade esquizofrênica ..., na cena do nosso mundo atual, é muito mais freqüente do que se acredita" (3, p. 275).

Ao analisar as condições necessárias, Aulagnier afirma que elas se condensam basicamente nos principais organizadores da constituição do Eu, qual sejam, o discurso do porta-voz e o discurso do pai. No entanto, se centra mais no exame do primeiro, por ele ter influência mais direta sobre a criança no início da vida, quando sua capacidade de se defender contra o meio ainda é bastante precária. Além disso, lança a hipótese de que

talvez o distúrbio na relação com a mãe seja mais propiciadora de esquizofrenia, enquanto a patologia no discurso do pai oseria da paranóia.

Torna-se muito difícil definir a patologia da mãe do psicótico. Aulagnier deixa em aberto a questão de se já na mãe haveria, ou não, uma potencialidade psicótica, mostrando que em certos casos há, e em outros, ou não há, ou elas conseguem fazer defesas bem adaptadas. De qualquer forma, observa-se sempre na mãe uma falha no simbólico, que geralmente só se manifesta quando acontece de engravidar. Essa falha, que terá efeito patogênico na relação com o filho, se refere à relação da mãe do psicótico com sua própria mãe: não tendo reprimido a significação primária dessa relação, não chega a formar o conceito, a nível do simbólico, de "função materna". Só entende por relação mãe-filho o que concretamente se deu entre ela e sua mãe, transpondo diretamente esse mesmo padrão para a relação com seu filho. Não se encontrando na mãe exatamente o conceito de "função materna", fica interdito ao filho a inserção na rede de relações de parentesco, uma vez que ele também não encontra um termo que defina sua função, seu lugar, nesse sistema. Não é passada também a definição do termo "pai", pois, na relação concreta da mãe do psicótico com sua própria mãe, não havia lugar para o pai, e, assim, os atributos que a mãe usa para se definir como mãe não incluem a referência a um desejo do pai pelo filho.

A não simbolização da função materna, por parte da mãe do psicótico, mostra que ela não apresenta o "desejo de ter filho", ou seja, que não houve a transmissão desse desejo por parte de sua mãe. Ela não vai, pois, formar uma "sombra falada" que

antecipe o filho, nem inserí-lo na "conjugação e sintaxe do desejo" — esses processos, tão básicos para o desenvolvimento, implicam na anterior repressão da relação concreta da mãe com sua mãe, possibilitando a conceituação da "função materna" e o aparecimento do "desejo de ter filho".

A mãe não possuindo esse desejo, ou não quer engravidar, aceitando esse evento como "obrigação, dever"; ou apresenta um mero "desejo de maternidade" no sentido de querer reviver, na relação com o filho, a relação que teve com sua própria mãe. Nesse caso, "a sombra falada não antecipa o sujeito, ela o projeta regressivamente neste lugar que o porta-voz já ocupou num tempo passado" (3, p. 193). Em relação ao filho real, ela experimenta um "não desejo" — não quer que ele se desenvolva enquanto sujeito novo que veio ao mundo, nega que ele possa ter um Eu independente do que foi o seu próprio Eu.

Trata-se da violência da interpretação levada às últimas conseqüências: violência secundária, excessiva, que incide tanto sobre o corpo quanto sobre o pensamento e linguagem do infans.

As funções corporais terão que funcionar automaticamente, sem falhas ou imprevistos que revelariam que um Eu autôno vive ali.

Em seu artigo "Observações sobre a estrutura psicótica" (1), Aulagnier explica melhor esse processo, mostrando que a mãe do psicótico tende a vê-lo apenas como um conjunto de órgãos. Cita fragmentos de entrevistas com mães de psicóticos em que, ao serem interrogadas a respeito do período de gravidez, fa

lavam de seus filhos como de um objeto orgânico, parte de seu próprio corpo, revelando, assim, que lidavam com o corpo real do feto ao invés de com o futuro filho. Não havia, pois, para elas um "corpo imaginado" desse bebê, nem, conseqüentemente, se estabelecia a relação imaginária mãe-bebê, o que comumente ocorre desde o início da gravidez. Quando, enfim, nasce o filho, a mãe se usa do artifício de percebê-lo só como corpo biológico, para ter a idéia de que controla totalmente suas funções. A forma de obter esse domínio seria manter o estado de demanda (controlável, que pode ou não ser satisfeito), para evitar o aparecimento do desejo (incontrolável, imprevisível, instaurador do sujeito). Mas como o desejo pode-se insinuar por trás da demanda, a mãe responderá logo que o filho demandar, ou melhor, antes da demanda. Qualquer desejo, por menor que seja, terá por resposta um "não" que anula a demanda e a conseqüente aparição do sujeito.

Geralmente, o infans corresponde à expectativa da mãe, aprendendo a dar sempre a resposta esperada, como que "programada", para cada estímulo. No entanto, ele pode periodicamente apresentar grande descontrole das funções biológicas, como tentativa de se rebelar contra as imposições excessivas que lhe são feitas.

A nível do pensamento, quando este ameaça aparecer, a mãe tende a tomá-lo para si, a impedir-lhe uma de suas características básicas, qual seja, a autonomia, o poder "pensar secretamente". A mãe faz com que o pensamento do filho seja apenas mais uma zona-função, que esse pensar não tenha finalidade, projeto, aspectos esses definidores da atividade de pensar. Por ocasião do aparecimento da linguagem na criança, a mãe também não

quer ser surpreendida por imprevistos. Ela tenta fazer com que o filho fale e entenda apenas o que sua linguagem quer significar. A aquisição da linguagem, nesse caso, deve levar à confirmação de que no discurso da mãe não há "falta". Esse movimento seria o inverso do que ocorre normalmente, pois a aquisição da linguagem sela a diferença, a distância, mãe/criança, esta tendo agora o direito de colocar em dúvida o que a mãe diz, discordar dela, denunciar suas falhas.

A criança se vê, assim, diante de contradições quase insolúveis: lhe é exigido que pense (o que em si implica em autonomia), mas só os pensamentos que a mãe deseja; assim como lhe é solicitado que fale, mas não conforme à lei vigente no grupo social.

Aulagnier sugere que essa violência secundária age como uma castração, se bem que mais radical e profunda do que a edípica. No entanto, ela mesma diz, essa castração não leva à inserção na lei e na cultura. Talvez fosse melhor não chamar de castração a essa experiência de pressupostos e conseqüências tão opostos aos da outra. A mãe, nesse caso, não apresenta repressão bem feita, nem leva em conta o discurso do pai da criança. Além disso, essa vivência, ao invés de conduzir à inserção na lei, impede o acesso ao discurso do meio, dos outros. O termo "violência secundária", como descrita por Aulagnier, define bem melhor essa experiência do que o de "castração".

Para se poder melhor aquilatar a extensão do dano causado à psique pela violência excessiva, é preciso analisar o que Aulagnier denomina "teoria da origem" e sua importância para o desenvolvimento da criança. Esta "teoria" engloba os enuncia-

dos sobre a origem de cada indivíduo, e do grupo onde ele vive. Anteriormente já foi mostrado como a referência à origem do grupo, ou seja, ao enunciado dos fundamentos ou fundamento dos enunciados, tem papel preponderante no processo identificatório do sujeito e em sua inserção na temporalidade, em termos de referência a um passado, a uma origem.

No âmbito familiar, a criança também necessitará pesquisar sobre a origem, procurando saber basicamente se seu nascimento foi, ou não, fruto de um desejo dos pais. A resposta recebida será de fundamental importância para seu desenvolvimento. Observa-se que toda criança, em algum momento, formula, explicitamente ou não, a pergunta: "Como nascem as crianças?". Essa questão deve, na verdade, ser traduzida por: "Qual a minha origem?", ou seja, "qual a relação entre nascimento - criança - prazer - desejo?".

O próprio sujeito não tem como saber sua origem. Sendo assim, ele está inteiramente à mercê da resposta dada pelos pais. São eles que escrevem o "primeiro parágrafo" da história do filho. E o parágrafo inicial de qualquer história, seja de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, não deve permanecer em branco, pois isto implicaria na ameaça constante da "existência possível de uma palavra que, ao inscrever-se neste primeiro parágrafo, poderia declará-los (aos indivíduos) como falsos" (3, p. 181).

Os pais do psicótico, entretanto, não têm uma resposta sobre a origem do filho, e deixam em branco o primeiro parágrafo. A mãe não tem em si o conceito de "função materna" que

levasse ao "desejo de ter filho". Essa criança, então, não nasceu para eles enquanto ser novo vindo ao mundo, sendo o surgimento desse novo, objeto de não-desejo, de ódio. O nascimento desse filho não causou prazer aos pais, nem foi fruto de uma relação de casal onde predominasse o prazer. Desse modo, a criança terá para sua pergunta, o pior tipo de resposta: o vazio ou, no máximo, um enunciado falso que esconda o vazio. É muito comum, inclusive, se observarem situações de segredo nessa família: fatos ocorridos com a criança, ou que dizem respeito ao pai ou à mãe, que não são revelados ao filho. Os motivos para o segredo não ser revelado são, no entanto, racionalizações da mãe para evitar mexer em qualquer assunto que ameace tocar, nem que se jate longe, no segredo maior, ou seja, no fato de que a origem desse filho se constitui numa não-origem enquanto sujeito novo.

Quando o indivíduo sucumbe ao vazio, à ausência de origem, surge o quadro do autismo infantil precoce, forma mais grave de esquizofrenia. No entanto, o indivíduo pode, a partir da captação dessa ausência, buscar substitutos para essa mãe que não aceita seu nascimento, saindo relativamente ileso da situação. Aulagnier admite, assim, um potencial dos próprios indivíduos, independente do que a família faz e espera dele.

A terceira opção, intermediária entre as duas acima, seria tentar preencher o "buraco" deixado pelo porta-voz, através do pensamento delirante primário, havendo assim o aparecimento da potencialidade psicótica.

Como se daria o processo de formação do pensamento delirante primário?

A primeira reação da criança a esse ódio a ela dirigido seria, hipoteticamente, voltar esse ódio para seu lugar de origem: o porta-voz. No entanto, nessa época precoce do desenvolvimento, a mãe representa todo o "não-eu", e a conjugação eu/não-eu é muito estreita. Dessa forma, se a criança odiasse a mãe, esse ódio se espalharia por todo o "não-eu", e retornaria ao Eu da criança, tornando-o odiado e odiável, e incrementando o predomínio da pulsão de morte em sua psique. A solução encontrada pelo Eu tem que ser, portanto, outra que não a admissão de que seu nascimento não foi fruto de um desejo dos pais, uma vez que ser desejado por eles é fundamental para sua sobrevivência. O Eu então passa a localizar esse ódio, que ele capta se originar nos pais, em outras pessoas e lugares. Esse trabalho de reinterpretação a partir de uma falha constitui o pensamento delirante primário, que surge dessa maneira para preencher o vazio deixado pelo discurso do porta-voz.

O pensamento delirante parece ser o resultado da luta contra a pulsão de morte, ou seja, contra o não-desejo dirigido ao Eu da criança pelo discurso dos pais. Dessa forma, o autismo infantil precoce seria produto da incapacidade de lutar contra o não-desejo dos pais, que resultaria na submissão ao vazio deixado por eles. Essa incapacidade adviria de dois fatores complementares: a carga de ódio dos pais em relação ao nascimento do filho e a maior ou menor habilidade da criança para reagir.

Agora compreende-se melhor a afirmação feita acima de que a potencialidade psicótica é fruto de um trabalho do Eu¹.

1 Se o pensamento delirante primário é fruto de trabalho do Eu, e não é observado no autismo infantil, é provável que nesse quadro não haja a formação da instância Eu.

Na verdade, ela é produzida para preservar a existência dessa instância. Essa noção combina com o que Freud afirma sobre ser o delírio o segundo passo do processo, tentativa de cura, de reconstrução da realidade, a partir de uma frustração básica.

Aulagnier considera o pensamento delirante primário uma criação original do Eu do psicótico, por tentar preencher um vazio, criar por conta própria o que geralmente é dado pelos pais à criança. Esse pensamento tenta consertar uma falha cometida pelos pais, produzir uma teoria da origem (delirante) que ele já deveria ter recebido pronta. Nessa perspectiva, a autora coloca que a psicose não se caracteriza apenas por seu "a menos", no sentido de regressão, mas também por seu "a mais", isto é, por seu trabalho de reinterpretação delirante.

Quanto ao momento de aparição do pensamento delirante primário, pode-se supor que ele, de certa forma, se insinua desde a concepção da criança e o não-desejo da mãe por ela. Só brota, entretanto, no momento em que o infans está-se tornando uma criança, ou seja, por ocasião da manifestação do pensamento e início da linguagem, quando finalmente se consuma a violência secundária (já descrita). Surge para dar conta dos paradoxos com os quais o Eu se defronta, e que se não forem satisfatoriamente solucionados, ameaçarão a existência dessa instância. Emerge assim para manter um pensamento, nem que seja delirante, e garantir o Eu, que só existe enquanto pensamento do Eu sobre o Eu, ou, como já citado, "o Eu não é senão saber que o Eu pode ter sobre o Eu" (3, p. 135).

Os paradoxos seriam a dupla exigência da mãe: de que o filho pense mas sem autonomia, pensando só o que ela dese-

já que ele pense; e que ele fale mas conforme ao discurso dela e não ao discurso do meio. Ao pensamento e à linguagem dessa criança está vetada a referência ao fundamento dos enunciados do meio, o que é sempre básico para o desenvolvimento dessas funções. A solução encontrada pelo Eu é um compromisso entre as exigências contraditórias.

O Eu pode ter pensamentos, e garantir sua existência à custa de vários tipos de distúrbios do pensar: o pensamento será vivido como eco do dos outros, como algo externo a si, compulsão, etc. Haverá assim uma clivagem entre o espaço e a instância, ou seja, sua atividade de pensar pode não ser localizada em si próprio.

Essa "solução de compromisso" só é possível graças ao pensamento delirante primário, que salva a capacidade de pensar reinterpretando o excesso de violência dirigido ao Eu pelo discurso da mãe, deslocando o agente da violência para outro lugar. "O pensamento delirante primário se impõe a tarefa de demonstrar a verdade de um postulado do discurso do porta-voz, visivelmente falso" (3, p. 179), postulado esse que versa sobre a origem do sujeito e de sua estória. A mãe do psicótico geralmente não percebe claramente o ódio dirigido ao filho, e o disfarça através de enunciados falsos, que justifiquem sua não-simbolização do conceito de função materna. O pensamento delirante primário se constitui, portanto, numa mediação entre o discurso vazio dos pais e o discurso do meio.

O pensamento delirante primário permite a produção de uma "teoria delirante primária", ou seja, uma teoria deliran-

te sobre a origem, já que essa não foi dada pelos pais. Seria o equivalente, na psicose, do "romance familiar" da neurose, com a diferença de que a teoria delirante não se refere às leis de parentesco, atribuindo, por exemplo, a origem da criança à quase exclusiva vontade da mãe, negando o papel do pai.

A instância Eu faz na psicose o papel do "artesão de uma reorganização da relação que ele terá de manter com os dois outros processos co-presentes no seu próprio espaço psíquico e com os discursos do representante do Outro e do representante dos outros" (3, p. 178). Na psicose, há sempre a ameaça da irrupção, se bem que indireta, do pictograma, cada vez que se tornar impossível pensar. Essa irrupção corresponde aos momentos de "acting-out" da psicose (surto), em que se anula a distância entre o pictograma, a fantasia e a idéia. Nessas ocasiões, o Eu sucumbiria.

O que, então, determinaria a manutenção da potencialidade psicótica ou, ao contrário, o surgimento de surtos?

Para que se mantenha apenas a potencialidade psicótica, é necessário a concorrência de dois fatores básicos.

Em primeiro lugar, é preciso que haja alguém na realidade, o próprio porta-voz ou um seu substituto, que reafirme o delírio para o sujeito havendo, assim, o enquistamento do pensamento delirante primário¹. Dessa forma, ele pode se relacionar

1 "Enquistado" não é sinônimo de "reprimido". Ao contrário, através desse processo, o sujeito mantém na consciência dois discursos contraditórios: o pensamento delirante primário, discrepante do discurso do meio sobre a origem dos seres humanos; e demais noções, inteiramente de acordo com o discurso dos outros.

verdadeiramente com alguém do "não-eu", e manter com os outros indivíduos relações superficiais, onde não há propriamente troca, sobretudo em áreas próximas às do delírio. Para que a psicose não desemboque num surto é preciso, pois, que quem causou seu aparecimento (o porta-voz) garanta sua manutenção em termos de potencialidade. A importância dessa relação como porta-voz reside em que, deste modo, "persiste na cena do real uma voz que, encarando o representante do Outro, garante que a teoria sobre a origem é verdadeira, que o discurso do sujeito permanece, portanto, como o lugar onde a verdade é possível e que a coexistência, no mesmo discurso, de postulados antinômicos é um paradoxo "normal" (3, p. 211).

O segundo fator consiste na necessidade de que a realidade histórica não colabore com fatos nos quais a frustração, o sofrimento e o luto sejam muito intensos. Estes reatualizariam as primeiras experiências vividas pelo sujeito, fazendo com que se confirmasse que ninguém deseja seu prazer, nem quer saber da verdade de seu desejo¹.

Finalmente, é importante ressaltar o papel atribuído, por Aulagnier, à realidade, na determinação da psicose. A partir da observação de que há sempre muitos acontecimentos traumáticos na vida do psicótico (sofrimento do corpo; fatos vividos pelo casal quando o filho é criança; discurso dirigido à crian-

O enquistamento do delírio se assemelha ao que Freud denominou "divisão do ego" (ichspaltung) — possibilidade de manutenção de uma aparente saúde, paralelamente à vivências psicóticas.

1 Observam-se muito comumente situações de luto ou sofrimento intenso agindo como fator desencadeante de um surto psicótico.

ça; ou rejeição do casal pela sociedade), Aulagnier afirma que eles têm uma função importante na determinação da psicose. Seria básico tanto o acontecimento em si, quanto a significação dada a ele pela mãe. O trauma se comporia exatamente da conjunção desses dois fatores (evento e comentário da mãe). Nem o acontecimento é suficiente para explicar a psicose, nem o acontecimento é apenas justificção secundária. Nesse sentido, Aulagnier se define dando mais importância à realidade histórica do que Freud. Este autor acabaria por atribuir a uma não-explicável "constituição" o fato de algumas pessoas terem reações psicóticas, e outras não, diante de situações de frustração. Já Aulagnier, apesar de não descartar o papel da constituição, dá importância maior aos acontecimentos, vividos pela própria criança ou por seus pais.

Será agora examinado como se dá, em cada um dos três modos de funcionamento da psique, a conjunção dos dois fatores (não-desejo da mãe e acontecimentos efetivamente vividos pela criança), de maneira a propiciar o aparecimento da psicose. Poderá ser observado como, a partir do não-desejo da mãe pelo filho, haverá sempre o predomínio do desprazer sobre o prazer nas vivências relativas a cada um dos três processos.

O originário do psicótico encontra uma realidade que confirma o pictograma de rejeição, dando pouca margem à possibilidade de representação de um estado de fusão satisfatório. O início da vida da criança se caracteriza por ser ou uma "estória vazia" - corpo do infans quase como uma máquina que funciona bem - ou então uma "estória somática", com muitos distúrbios corporais sérios. Esses dois extremos expressam o predomínio do pic-

tograma de rejeição e do desejo de auto-aniquilação. As vivências sofridas por ocasião do originário não podem jamais ser lembradas como tal, mas marcarão a criança definitivamente já que influenciam, em parte, no que ocorrerá no primário.

Quanto às representações do processo primário, elas já levam em conta a existência do "não-eu", mas uma realidade ainda conforme ao desejo. Deve haver, no entanto, momentos de concordância entre o prazer desejado pelo primário e o prazer efetivamente vivido no contacto com o "não-eu". Na psicose, ocorre exatamente a ausência, ou quase, desses momentos prazerosos de concordância, e a confirmação de que o Outro deseja o desprazer da criança. Esse desprazer não se origina apenas do que os pais esperam inconscientemente do filho, mas também do que manifestam desse desejo (ou não-desejo) na relação explícita com a criança. No contexto da psicose, os fatos comuns do desenvolvimento infantil (desmame, ausências da mãe, controle dos esfíncteres, etc.) se tornarão traumáticos, devido à significação dada a eles pelos pais, que influenciará no modo desses pais agirem com a criança em cada momento desses. A realidade confirmará "a figuração da rejeição, desconfirmando a figuração de um estado de prazer" (3, p. 279).

Tudo o que acontece na relação entre o meio e a criança, na época do processo secundário, deve retornar ao Eu desta em termos de enunciados identificatórios. No caso da psicose, o Eu da criança só encontra interdições, sendo-lhe negado: o pensar autônomo; reivindicar como verdadeiros os sentimentos que vivencia; possuir um fundamento, uma origem, para sua própria história, que lhe é então apresentada com um falso enunciado como ori

gem.

Dentro desse quadro, de predomínio de vivências de desprazer sobre as de prazer, nos três momentos básicos da relação inicial com os pais, a saída que, na maior parte dos casos, o Eu encontra, para garantir sua sobrevivência, é a criação do delírio. À falta de sentido do discurso dos pais "o Eu responde criando um sentido, lá onde ele não existia, graças à sua construção do pensamento delirante primário" (3, p. 283).

4 - CONCLUSÃO

4 - CONCLUSÃO

Para fins de clareza, a conclusão se dividirá em duas partes. Na primeira, serão indicadas as imprecisões e/ou contradições de certos termos empregados por Aulagnier, e, na segunda, se discutirão as contribuições à psicopatologia da psicose dos dois autores abordados. A ênfase dada à teoria de Aulagnier, em detrimento da de Freud, se deve à presença, naquele enfoque teórico, de maior riqueza nas formulações quanto aos processos que alteram o desenvolvimento e originam o quadro psicótico. É, pois, através de Aulagnier, que se obterão mais dados que possibilitem responder, ao menos em esboço, às questões iniciais deste trabalho.

4.1 - CRÍTICA A ALGUNS CONCEITOS DE AULAGNIER

Aulagnier por vezes se refere ao "não desejo" dirigido pela mãe do psicótico a seu filho como equivalente ao sentimento de ódio. Porém, o não desejo, que representa em última instância a pulsão de morte, geralmente não é conscientizado pela mãe enquanto tal, já que ela tenta mascarar o vazio que marca o nascimento do filho através de enunciados falsos. Como a carga negativa dirigida pela mãe ao infans, comumente não chega à consciência como ódio, e Aulagnier não aceita a postulação de sentimentos inconscientes, pode-se indicar aí uma primeira contradição da autora, ao equivaler o não desejo ao sentimento de ódio.

Um outro ponto de discussão diz respeito à definição de "imagem de coisa" e "imagem de palavra" de Aulagnier¹. Estes termos são introduzidos, à primeira vista, como sinônimos dos conceitos de "representação de coisa" e "representação de palavra" de Freud. Segundo este autor, o inconsciente seria o lugar das representações de coisa, e a conscientização se faria através da junção da representação de coisa à representação de palavra, sendo esta produto do sistema preconsciente/consciente(12). Já as duas imagens de Aulagnier surgiriam durante a vigência do processo primário, quando poderia haver a utilização da imagem de coisa ou a união das duas imagens em um produto misto, a fantasia. A imagem de palavra pertenceria caracteristicamente do processo secundário. Parece assim que os conceitos de Aulagnier, na verdade, não coincidem com os de Freud: a imagem de coisa corresponderia ao pensamento por imagens, possibilidade de significar pré-verbalmente, enfim, conscientização da representação de coisa; enquanto a imagem de palavra seria o próprio signo linguístico, produto da união da representação de coisa à representação de palavra.

Questiona-se finalmente a definição metapsicológica da instância Eu.

Aulagnier a define, por um lado, como a instância que surge a partir da repressão de certos conteúdos que se tornam assim inconscientes (conteúdos do processo primário), sendo o "desejo do Eu" aquele que se contrapõe ao "desejo inconsciente", aparecendo para garantir a repressão deste. O "Eu" assemelha-se

1 Ver item 3.3 deste trabalho.

nessa acepção, ao conceito de "ego" de Freud — instância responsável pela manutenção para fora da consciência dos impulsos do id -, o "desejo do Eu" sendo comparável ao conceito de "defesa"-mecanismo que garante a repressão.

Ao mesmo tempo, no entanto, Aulagnier define o "Eu" como o que é dizível, consciente, parecendo equivaler essa instância ao sistema pré-consciente/consciente. Nesse sentido, o processo secundário seria sinônimo de consciente e o primário de inconsciente, o que contradiz a definição dada por Freud, para quem o processo primário é uma característica do id, e não de todo o inconsciente, enquanto o processo secundário rege parte do sistema pré-consciente/consciente e parte do sistema inconsciente.

Há ainda uma outra ambiguidade quanto à instância Eu. Apesar de defini-la como o que é consciente, Aulagnier se refere a uma "clivagem do Eu", que o divide em Eu dizível e Eu inconsciente. Torna-se difícil diferenciar este Eu inconsciente do que seriam as vivências do processo primário. O Eu que, em outra acepção, se assemelha à instância repressora, agora assume também o papel de reprimido.

Por outro lado, Aulagnier utiliza, para designar a instância "Eu", o termo "je", ao invés de "moi", equivalente a ego. Ora, esse é o termo usado por Lacan quando se refere ao sujeito do discurso (24). Aparentemente, os conceitos podem até coincidir, ambos se referindo a instâncias que se formam a partir de enunciados dados pela mãe e pelo pai, produto do deslocamento, da cicatriz que resulta da inserção do indivíduo no mundo dos significantes. Há, entretanto, uma diferença fundamental: o "je"

de Lacan ao contrário do "Je" (Eu) de Aulagnier, é o sujeito do inconsciente. Embora também se estruturando a partir da entrada e deslocamento na cadeia de significantes, não se manifesta diretamente através do discurso, mas por suas falhas, brechas por onde todo o tempo o inconsciente tenta se imiscuir. Mais uma prova da não equivalência entre o "je" de Lacan e o "Je" de Aulagnier seria a afirmação da autora de que o sujeito do inconsciente (o "je") se forma durante o processo primário e não no secundário, época em que surge o "Eu" ("Je").

Em suma, o Eu, conceito novo de Aulagnier, talvez seja constituído dos atributos "ego-sintônicos": o que um indivíduo pode dizer de si mesmo em cada momento da vida. Os aspectos clivados, sendo aquilo que o Eu em outra época dizia de si, e agora não diria mais. É essa definição de Eu que permite que se afirme que o psicótico apresenta essa instância: é ela que cria o pensamento delirante primário, para manter ditos sobre si mesma compatíveis com o que lhe foi transmitido pela mãe. Esse dizível não é entretanto sinônimo de simbolizável, no sentido de acesso ao simbólico de Lacan (24). Aulagnier, assim, forja um conceito novo, de Eu ("Je"), que não coincide totalmente, apesar de seu parentesco, nem com o "ego" de Freud, nem com o "je" de Lacan. Ele é de certa forma um desenvolvimento de uma das acepções do, também ambíguo, conceito de "ego" de Freud: não aquela que o coloca como sede dos mecanismos de defesa (16), mas a que o aproxima da noção de "self", de acordo com a definição presente em "Introdução ao Narcisismo" (10).

Passa-se assim à parte final da conclusão.

4.2 - DISCUSSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE FREUD E AULAGNIER À PSICOPATOLOGIA DA PSICOSE

O conceito de Eu, assim como o "ego" de Freud, apesar de todas as ambiguidades a que dá origem, ou talvez devido a elas, cumpre funções importantes num modelo que vise abranger a explicação da psicose. O Eu de Aulagnier, tal qual o ego, são instâncias das quais se pode dizer que se mantêm presentes mesmo na psicose, apesar do dano que sofrem algumas de suas características fundamentais. Dessa forma, para os dois autores, o psicótico apresenta a instância máxima ordenadora do psiquismo.

Este tipo de teorização parece o mais apropriado para abordar a psicose, pois explica o fenômeno, comumente observado, de que os psicóticos, quando não em surto, preservam uma estruturação, que inclui até aspectos partilháveis com os demais.

Aulagnier prossegue assim o caminho aberto por Freud, que fez ver que há uma estrutura, uma lógica, não só nas manifestações neuróticas, mas também na psicose. Vai além daquele autor quando ensina que a psicose não se caracteriza só por seu "a menos" em relação aos outros quadros, mas também por sua reação quase heróica a um meio acima de tudo hostil, o que configuraria seu "a mais" em relação aos outros. O aparelho psíquico formulado por Aulagnier revela, mais claramente do que outros modelos, em que pontos o psicótico se situa "a menos", tendo que, às vezes, a partir do déficit, criar seu "a mais", e em que pontos ele tem um desenvolvimento equiparável ao dos outros.

Nesse momento, torna-se necessário retomar certas formulações de Aulagnier sobre o aparelho psíquico e a esquizo-

frenia, e por vezes compará-las com as de Freud, para melhor deixar aparecer as conclusões a que se chega sobre a psicopatologia da psicose, sobretudo no tocante à época e modo de sua instalação, questões que deram origem a este trabalho.

O psicótico de Aulagnier, ao contrário do definido por Freud, não mostra fixação a uma fase do desenvolvimento que o impediria de viver as outras fases, mas sim maneiras específicas de passar por cada período, que acabaria por modificá-los de forma, às vezes, radical. Ele vive os processos originário, primário e chega ao secundário.

O originário, conceito proposto por Aulagnier, acrescentando a Freud, é definido como a fase de vivências arcaicas, que prima pela indiferenciação psique-meio externo, e pela proximidade entre o psíquico e o corpo, já que corresponde ao momento em que surge o psiquismo. O psicótico vive esse período com predomínio do desprazer sobre o prazer, e não tem êxito na forclusão total dessas vivências. Elas podem, assim, voltar, se bem que indiretamente, ameaçando a integridade do Eu. A formulação do processo originário, e das vivências próprias a ele, têm o valor de descrever bastante fielmente o que se observa nos momentos de surto psicótico, levando-se em conta, é claro, toda a dificuldade de se falar sobre o que é, por definição, indizível.

O psicótico, entretanto, não estaciona no processo originário, mas segue até o primário. Essa afirmação de Aulagnier explica a relativa preservação da capacidade de fantasiar no psicótico, se bem que apenas sobre assuntos distantes dos do delírio. O prejuízo dessa capacidade se dá por conta de que, a

todo momento, ocorre a confirmação de que o Outro deseja realmente o desprazer da criança, perdendo a figuração de rejeição seu caráter de fantasia, o que acaba se estendendo também para a figuração de estado prazeroso. É provável que seja nesse sentido que Aulagnier afirma que, em qualquer forma de psicose, se encontra o modelo perseguidor-perseguido, ou seja, a comprovação de que o Outro deseja o desprazer do indivíduo.

O caminho do primário ao secundário consistiria no percurso de vias básicas do desenvolvimento: do narcisismo à libido objetal, da identificação narcísica ao projeto identificatório, do imaginário ao simbólico. A passagem infans-criança, tão referida por Aulagnier, parece, pois, se dar nesse momento. Como fase de cristalização das primeiras vivências, é aí que se pode melhor observar o prejuízo ocorrido no desenvolvimento do psicótico, como se verá mais adiante.

Cabe aqui um parêntese, para incluir o que Aulagnier entende por identificação primária, que certamente contribuirá para o prosseguimento da conclusão. No artigo "Demande et identification" (2), a autora relaciona esse conceito ao de "introjeção originária do significante". Diz que há nesse processo a vinculação direta da demanda do infans ao desejo da mãe, sem referência a objetos intermediários. Nesse tipo de relação "a mãe desejo que o infans demande o seio" (2), ocorrendo assim uma identificação (primária) da demanda do infans ao desejo, à oferta da mãe. O seio será para o infans o primeiro suporte para a demanda libidinal, o primeiro significante do desejo materno. Em outro artigo (1), Aulagnier afirma que no psicótico essa introjeção inicial não terá o caráter de aquisição de um significante o

originário, mas o será apenas do seio enquanto objeto parcial.

Pode-se concluir, desse modo, que para a autora, a introjeção originária do significante só se dá nos casos em que a identificação primária já trazer em si a possibilidade do posterior abandono da ilusão de identidade entre a demanda do infans e a oferta da mãe. Esse movimento é que dará origem às identificações imaginária e simbólica. Na psicose, ao contrário, não há o abandono dessa ilusão, permanecendo o esquema da identificação primária, em detrimento dos outros processos identificatórios. O psicótico mantém o seio como resposta a qualquer demanda, não captando assim seu valor de significante.

Parece, dessa forma, que o psicótico, em termos de identificação, apresenta intacta apenas a primária, processo que, pela indiscriminação mãe-infans que implica, deve corresponder às vivências do originário. Todos os outros mecanismos, que surgem para mascarar essas vivências, e mediatizar a relação do sujeito ao mundo externo, ele os tem danificados, e procura compensar com os sintomas. É nesse sentido que se compreende a afirmação de Aulagnier sobre a dificuldade de forclusão do originário no psicótico.

Quanto às relações objetais, hipotetiza-se que, na psicose, ela se mantenha basicamente auto-erótica. Aulagnier não chega a se referir ao auto-erotismo em seu livro (3), mas no artigo escrito anteriormente (1), aponta este tipo de relação objetiva como a mais acessível ao psicótico. A própria mãe não investiria seu narcisismo no filho, já que não forma dele um "corpo imaginado", o percebendo apenas como uma extensão de si mes-

ma. Pode-se dizer que até a mãe, nesse caso, investe o filho "auto-eroticamente". O conceito de "objeto-zona complementar", próprio ao originário e bastante presente no psicótico, também leva a uma comparação ao auto-erotismo, pois ambos se referem à erotização de zonas do corpo isoladamente, sendo os próprios objetos tomados como idênticos a essas partes.

Freud, porém, relaciona a psicose ao narcisismo e não ao auto-erotismo. No entanto, se se pensa na "volta da libido para o ego" em seu aspecto de ruptura com o meio, de dificuldade de contacto com a realidade, as concepções dos dois autores voltam a se aproximar.

O psicótico passa pelos processos primário e secundário, apesar de apresentar os registros imaginário e simbólico bastante prejudicados. A riqueza da teoria de Aulagnier reside bastante neste ponto: fazendo não coincidir os modos de funcionamento primário e secundário com o imaginário e o simbólico, nem a instância Eu ("Je") com o "je" de Lacan, ela pode melhor mostrar o que se preserva na psicose de comum aos demais, e o que se perde. O psicótico fala, e tem em certa medida noção de seu próprio Eu, muito embora seus registros imaginário e simbólico estejam falhos¹.

Por outro lado, observa-se que a instância Eu depende, em grande parte, desses níveis, pois seu funcionamento pleno pressupõe identificações narcísicas e simbólicas bem feitas. Po

1 No autista talvez os processos primário e secundário não cheguem a se formar, sendo o único quadro onde haveria real fixação ao processo originário. O autista viveria numa espécie de surto permanente, seu Eu estando sempre sucumbido, ou não existindo.

de-se mesmo arriscar a dizer que a preservação da psicose apenas como potencialidade dependerá do quanto se mantiver de imaginário e simbólico. A possibilidade de partilhar o pensamento delirante primário com o porta-voz incrementa o narcisismo do indivíduo. É como se a mãe que não foi espelho para o filho na época adequada, pudesse tentar sê-lo tardiamente, refletindo seu delírio. Da mesma forma, o psicótico em potencial pode manter minimamente seu registro simbólico, se recebe do discurso do porta-voz, uma espécie de fundamento para seus enunciados delirantes. Além disso, ter com quem dividir o delírio, o habilita a se relacionar com as outras pessoas, parecendo levar em conta o discurso simbólico do meio.

Pode-se observar que na análise dos processos psíquicos que surgem paulatinamente, tem que se fazer referência a todo momento à relação que a criança mantém — seja com a mãe, o pai, o social ou a linguagem. Um dos pilares básicos da teoria de Aulagnier seria exatamente o conceito de encontro: a relação da psique com o meio, percebido ou não como externo. Sobretudo no início da vida, qualquer tentativa de explicação do infans sem referência ao porta-voz seria artificial e justificável apenas por motivos didáticos. Essa noção já está em Freud, para quem a definição de infans inclui o bebê e o cuidado que ele recebe da mãe (8).

Por frisar a importância do encontro, Aulagnier analisa as características desse meio externo à psique, que a recebe, ou melhor, que colabora para sua formação. É seguindo esse caminho que chega a dar importância capital à realidade, considerando-a determinante no desenvolvimento de qualquer indiví-

duo. Engloba na noção de realidade vários níveis diferentes: as expectativas da mãe e do pai em relação ao filho, a forma como efetivamente agem com a criança, os sofrimentos impingidos ao corpo do infans, a relação dos pais com o meio social e a linguagem. A realidade, à qual Aulagnier dá tanta importância, é, na verdade, formada de encontros: com o discurso e ação do pai e da mãe, com o social, com o próprio corpo.

De início, todos esses aspectos serão passados no encontro com o primeiro representante do Outro, a mãe. "No momento em que a boca encontra o seio, ela encontra e absorve um primeiro gole do mundo. Afeto, sentido, cultura estão co-presentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que o infans toma" (3, p. 40). O porta-voz, que introduz a criança no contato com o mundo, deve ser também quem se ausenta no momento certo, para que o filho possa vir a se relacionar com o meio (pai e outros). Ou seja, de princípio há uma relação com o seio, para que então mais tarde a criança possa interpor os objetos de demanda entre ela e a mãe. Chega-se finalmente a uma relação mais direta com o meio, se bem que já adquirida a capacidade de mediar todas as relações através dos significantes.

Pode-se concluir, ampliando o que já foi indicado antes, que na psicose ocorre de certa forma o inverso: o indivíduo permanece em relação direta com a mãe e, em certo sentido, não chega nunca a se relacionar com os demais e com o meio, pois calca esta relação sobre um mesmo modelo: o de seu vínculo com sua mãe, que age assim como barreira entre ele e os outros. "Barreira" e não "mediação" já que não é feito um deslocamento, a ní

vel neurótico, o que pressuporia o anterior mecanismo de repressão.

Em suma, o papel da realidade na determinação da psicose seria constituído na verdade das falhas que, por excesso ou falta, ocorressem nos vários encontros ao longo do desenvolvimento.

Pode-se apontar aã a retradução, nos termos de Aulagnier, da idéia de Freud da presença de um conflito entre o ego e a realidade na psicose, tendo como base uma frustração. A semelhança se torna mais clara se se lembra que, para Aulagnier, qualquer que seja o encontro defeituoso, o elemento, cuja presença é obrigatória na determinação de um quadro psicótico, é o predomínio do desprazer sobre o prazer (comparável à "frustração da realidade" referida por Freud).

Aulagnier vai um passo adiante de Freud ao examinar mais profundamente esse conflito ego x realidade e o evento doloroso que o baseia. Pode-se concluir que, para a autora, a rejeição da realidade efetuada pelo psicótico tem como origem a também "rejeição" (no sentido vulgar e metapsicológico do termo) da criança pela mãe, fruto do não desejo. A forclusão operada pela mãe do psicótico seria, para Aulagnier, não tanto do desejo do pai, mas sim do próprio filho, forclusão do reconhecimento de sua vinda enquanto ser novo.

A autora afirma que o não desejo da mãe pelo filho se vincula, em última instância, à pulsão de morte. Relaciona assim a possibilidade da pulsão de vida, da libido, ao predomínio de relações prazerosas. Nessa teoria, a vida e a saúde se tor-

nam dependentes de encontros satisfatórios.

Segundo Freud (19), para que haja vida, é preciso ocorrer uma modificação da tendência inicial do princípio de nirvana a reduzir a excitação a zero. A transformação sedaria através da entrada em ação do princípio de prazer ligado às energias da pulsão de vida. Aulagnier desenvolve este ponto (27), afirmando que o princípio do prazer pode agir dessa forma se encontrar em seu caminho o objeto, que, apesar da energia dispendida em sua busca, compensa o esforço proporcionando prazer ao indivíduo. Esse processo é inaugurado na primeira experiência de satisfação da necessidade.

Parece assim que o psicótico, devido ao não desejo da mãe, vive essa experiência como desprazerosa. A luta contra a pulsão de morte inicial não terá aí tanto êxito quanto nos não psicóticos. Não será proporcionado a ele o desejo pelo objeto. Essa noção parece bastante apropriada, pois lança luz ao que se observa no psicótico em termos de tendência à estagnação, à não busca.

Seria o oposto do crescimento, pois este pressupõe uma atitude de procura de novos objetos de satisfação o que, por mais que exija um dispêndio de energia inicial, trará de volta uma vivência de prazer. O efeito de antecipação do discurso da mãe, descrito por Aulagnier como o motor da vida psíquica, e também do crescimento, obedece a esse princípio: a mãe, sempre exigindo do filho o que ele ainda não pode dar, faz com que haja avanços em seu desenvolvimento. O indivíduo deve manter sempre a esperança narcísica de coincidência com a criança mítica, de ob-

tenção de paz e satisfação completas, mas apenas como ideal inatingível, que o impulsiona para adiante. Cabe lembrar que esse movimento, que se inaugura na primeira experiência de satisfação, é reforçado pela assunção da castração, experiência máxima de aceitação das diferenças (entre os sexos; entre a criança, o pai e a mãe; entre o passado e o futuro; entre a criança mítica e real), e possibilitadora do projeto identificatório.

Conclui-se que a mãe do psicótico, a partir de seu não desejo pelo filho como ser novo vindo ao mundo, e por querer repetir uma relação passada, equivale o filho diretamente à criança mítica, ou melhor, anula o valor do mito ao igualar o filho real a esta criança. O filho, assim, não ingressa na dialética do desejo. Passa a não ter um ideal a atingir, já tendo chegado a ele, nem um caminho a percorrer, pois já lhe foi imposto um trajeto: terá que ser tal e qual à mãe ou a algum outro antepassado. Como consequência, se observará a atitude de paralização, e a concomitante falta de inserção na temporalidade, não percepção das diferenças, etc. Restarão ao indivíduo apenas duas opções: ou se entregar totalmente à paralização, sob a forma de autismo infantil; ou lutar contra ela através do pensamento delirante primário.

Pode-se, assim, concluir que o delírio seria o último reduto da pulsão de vida, garantia da sobrevivência psíquica do sujeito.

Agora, finalmente, é possível discutir a questão da ocorrência, ou impossibilidade, de nascimento psíquico na psicose.

Segundo a definição de Aulagnier de vida psíquica como as vivências após a repressão do Édipo, quando então se adquire um mínimo de autonomia, pode-se afirmar que o psicótico não nasce psicologicamente. A autonomia lhe é interdita desde o momento em que seus pais não reconhecem seu nascimento como o de um ser novo, e não escrevem o primeiro parágrafo de sua história. No sentido de ser a vida psíquica consequência das situações de encontro, e estas sendo dificultadas e desprazerosas na psicose, a ponto de alterarem radicalmente seu desenvolvimento, nega-se que haja aí nascimento psíquico.

No entanto, o psicótico luta contra a sentença de morte psíquica imposta pelos pais, recriando seu mundo interno e externo através do delírio. Dessa forma, conquista, através de um esforço próprio, original, o direito de que se diga dele que nasce psiquicamente, por mais que sua vida seja muito diversa das outras, já que não foi referendada pelos pais, fato fundamental para o desenvolvimento.

A luta do psicótico para reagir ao lugar do morto que lhe é impingido, a produção original por ele forjada para se livrar do vazio, conduz a que se possa concluir, com Freud, que a atitude saudável seria se afastar da realidade tão pouco quanto o faz o neurótico, mas tendo a capacidade de recriá-la como o psicótico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) AULAGNIER, P. Observações sobre a Estrutura Psicótica (1964). In: KATZ, C.S. (ed.). Psicose: Uma Leitura Psicanalítica. Belo Horizonte, Interlivros, 1979.
- 2) _____. Demande et identification (1968). In: L'inconscient. Paris, 1968, V. VII.
- 3) _____. A Violência da Interpretação — do Pictograma ao Enunciado (1975). Rio de Janeiro, Imago Editora, 1979.
- 4) FREUD, S. The NeuroPsychoses of Defense (1894). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition. Londres, The Hogarth Press, 1966, V. I.
- 5) _____. Further Remarks on the Neuro-Psychoses of Defense (1896). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. I.
- 6) _____. Three essays on the theory of sexuality (1905). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, 1953, V. VII.
- 7) _____. Psycho-Analytic Notes on an Autobiographical Account of a Case of Paranoia (Dementia Paranoides) (1911). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition. 1958, V. XII.
- 8) _____. Formulations on the Two Principles of Mental Functioning (1911). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XII.
- 9) _____. A Note on the Unconscious in Psycho-Analysis (1912). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XII.
- 10) _____. On Narcissism: an Introduction (1914). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, 1957, V. XIV.
- 11) _____. Instincts and their vicissitudes (1915). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIV.
- 12) _____. The Unconscious (1915). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIV.
- 13) _____. A Metapsychological Supplement to the Theory of Dreams (1917). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIV.
- 14) _____. Introductory Lectures on Psycho-Analysis. Part III: General Theory of the Neuroses (1916-1917). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, 1963, V. XVI.

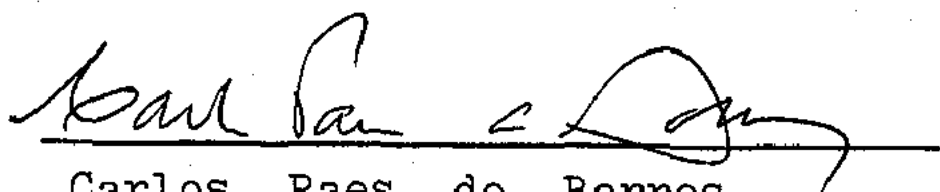
- 15) _____ . From the History of an Infantile Neurosis (1918 [1914]). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition. 1955. V. XVII.
- 16) _____ . The Ego and the Id (1923). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition. 1961, V. XIX.
- 17) _____ . The Infantile Genital Organization: an Interpolation into the Theory of Sexuality (1923). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIX.
- 18) _____ . Neurosis and Psychosis (1924 [1923]). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIX.
- 19) _____ . The Economic Problem of Masochism (1924), In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIX.
- 20) _____ . The Loss of Reality in Neurosis and Psychosis (1924). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, V. XIX.
- 21) _____ . Fetishism (1927). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition. 1961. V. XII.
- 22) _____ . An Outline of Psycho-Analysis (1940). In: STRACHEY, J. (ed.). The Standard Edition, 1964, V. XXIII.
- 23) LACAN, J. Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je. In: Écrits, Paris, Édition du Seuil, 1966.
- 24) _____ . Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In: Écrits. Paris, Édition du Seuil. 1966.
- 25) _____ . D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose. In: Écrits.
- 26) LAPLANCHE, Y. e PONTALIS, J.B. Vocabulário de Psicanálise. 2a. ed. Livraria Martins Fontes ed., Santos, 1975.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

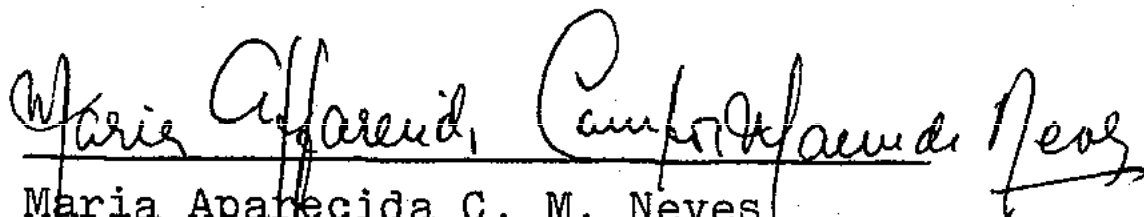
- 27) AULAGNIER, P. Remarques sur le masoquisme primaire (1968). In: L'Arc. Aix-en-Provence. Chemin de Repentance, 1968. V. 34.
- 28) _____ . O Sentido Perdido (ou o "Esquizo" e a Significação) (1971). In: KATZ, C.S. (ed.). Psicose: Uma Leitura Psicanalítica. Belo Horizonte, Interlivros, 1979.

- 29) GODINO CABAS, A. La Función del Falo en la Locura. Buenos Aires, Editorial Trieb, 1980.
- 30) LACAN, J. L'agressivité en psychanalyse. In: Écrits. Paris, Éditions du Seuil, 1966.
- 31) _____. Intervention sur le transfert. In: Écrits.
- 32) _____. La signification du phallus. In: Écrits.
- 33) LEMAIRE, A. Jacques Lacan - Uma Introdução. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979.
- 34) PEQUENO, A.A. As formas da depressão - estudo psicanalítico. Tese de Mestrado, PUC, Rio de Janeiro, 1981.

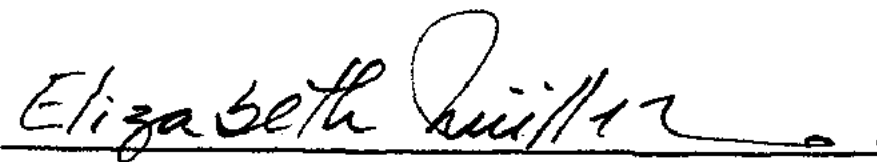
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ., pela aluna Maria Inês Moura Lamy, intitulada "Psicopatologia da Psicose: dois enfoques Psicanalíticos (Freud e Aulagnier), fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



Carlos Paes de Barros
PUC/RJ - Dept^o. Psicologia



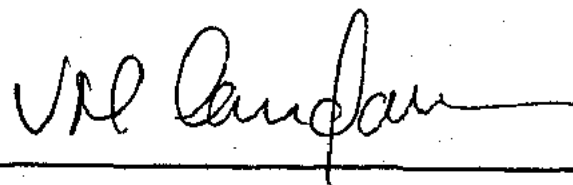
Maria Aparecida C. M. Neves
PUC/RJ - Dept^o Psicologia



Elizabeth Muller
AUSU/RJ - Dept^o Psicologia

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1982



Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas